

ATA DA 313ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CEAS-MG, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2025. Aos 28 de novembro de 2025, às nove horas da manhã, na plenária da Casa de Direitos Humanos, situada na Av. Amazonas, nº 558, centro, Belo Horizonte - MG, realizou-se a tricentésima décima terceira plenária ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, coordenada pelo Vice Presidente Elder Carlos Gabrich Junior. Estavam presentes **os conselheiros/as titulares:** **Mayra de Queiroz Camilo**, representante da APAE, BH. **Rosalice Tassar de Almeida**, representando o Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo. **Luiz Carlos de Castro Fernandes**, representante da Associação Recreativa da Melhor Idade, Armi. **Lais Alexandre da Silva** representante do CMAS de Ipatinga. **Lyzi Saleri Ribeiro**, representante do CMAS de Campanha. **Isac dos Santos Lopes**, representando a Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce. **Elder Carlos Gabrich Junior**, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE. **Érica Pereira Alves Beltrame**, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE. **Priscila Zacarias**, representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA. **Cleuza Maria de Oliveira**, representando Secretaria de Estado de Educação – SEE. **Solimar de Assis**, representante da Seplag, **Flavio Christian de Assis Miranda** representante do CMAS de Ipatinga. Estavam presentes **os conselheiros/as suplentes em condição de titularidade:** **Ludmilla Lamartine de Souza**, representante do Conselho Regional do Serviço Social de Minas Gerais - CRESS/MG. **Sandra Regina Ferreira Barbosa**, representante do Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas - SINTIBREF. **Altair Rabelo**, representante da Associação Berg Vingren de Assistência Social – Abvas. **Anália Romeiro de Paula**, representante do Abrigo São Vicente de Paula de Coluna. **Wellington Donizete Marques de Lima - “Leon”**, representante Fórum Municipal de Luta pelos Direitos dos Usuários do SUAS - Uberaba e **Cristiane Gomes Mattos Dias**, representante do CMAS de Campanha. Estavam presentes **os conselheiros/as suplentes:** Juscilina Mamedes Nunes, representante Cmas de Guanhões. Matheus Borges Gonçalves, representando o Movimento LGBTQIA+ de Cláudio/MG. João Paulo Freire Jardim, representante da Sedese. Ester Rodrigues Espechit, representante da Sedese. Vania Lúcia de Almeida, representante da Secretaria de Estado de Educação - SEE. Ernane Gonçalves Maciel, representante do CMAS de Montes Claros. **Estavam presentes como convidados:** Gabriele Sabrina da Silva, Marcela Santos, Maria Clara, Mariana de Resende Franco, Roberta Figueiredo, Rosilene representantes da Sedese.

Elder, Sedese:...que nós vamos começar agora. Eu estou sem CPP, porque tem uma ordem que eu não lembro. Cadê a minha... Ah, obrigado. Então, bom dia a todas e todos! Vamos começar a nossa plenária de número 313. Aí, só informando que o presidente Marcelo teve um compromisso de trabalho, e ele não vai poder participar hoje. Então, quem vai presidir a plenária serei eu. Antes de mais nada, gente, eu queria só dizer para vocês que a nossa nova secretária executiva foi nomeada, que é a Michele, que está aqui com a gente. Então, antes de começarmos, eu queria só que ela se apresentasse para vocês, para que vocês pudessem conhecê-la. Michele. **Michele, Secretaria Executiva:** Bom dia. Sou a Michele. Sou assistente social, de formação, e comecei ontem, né? Então, estou aqui hoje acompanhando vocês para entender, na prática, como que se dá esse processo. Eu venho da SEDESE. Estava há cinco anos na Diretoria de Serviços e Benefícios na Proteção Básica, então eu estou aqui à disposição de vocês. Contem comigo para o que precisar. E eu desejo a todos uma ótima reunião. **Elder, Sedese:** A Michele era técnica da proteção básica, gente. Ela é uma menina muito estudiosa, ama assistência social. E, então, eu te desejo muita sorte nessa nova caminhada. Acredito que vai dar muito certo. Vamos então para... Exatamente. Eu perdi ela. Mas foi por uma boa causa. Vamos para a chamada, então. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Bom dia a todos. Beatriz, Secretaria Executiva. Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais - PSIND, Jennifer Danielle Souza Santos. Ausente. Ordem dos Advogados do Brasil, Marcelo Armando Rodrigues. Ausente, justificou. Conselho Regional do Serviço Social de Minas Gerais - CRESS/MG, Ludmilla Lamartine de Souza. **Ludmilla, Cress:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Assume em condição de titularidade. Sindicato dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas - SINTIBREF, Sandra Regina Ferreira Barbosa. **Sandra, Sintibref:** Bom dia. Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Belo Horizonte, Mayra de Queiroz Camilo **Mayra, Apae- BH:** Bom dia. Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo, Rosalice Tassar de Almeida. **Rosalice, Cmssvp:** Bom dia. Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Lar dos Idosos José Justino Rocha, Andrezza dos Reis Pimenta. Ausente, justificou. Associação Recreativa da Melhor Idade – ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz Carlos, Armi:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Associação Berg Vingren de Assistência Social - ABVAS, Altair Rabelo. **Altair, Abvas:** Bom dia. Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Assume em condição de titularidade. Abrigo São Vicente de Paula de Coluna, Anália Romeiro de Paula. Federação das Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, APAE de Belo Horizonte, Patricia Pinto Valadares. **Mayra, Apae- BH:** Mayra, APAE de BH. Uma correção: Não é "APAE", Belo Horizonte,

não. É "Federação das APAES". A Patricia justificou. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Ipatinga, Lais Alexandre da Silva. **Laís, Cmas de Ipatinga:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Campanha, Lyzi Saleri Ribeiro. **Lyzi, Cmas de Campanha:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Guanhães, Juscelina Mamedes Nunes. **Juscelina, Cmas de Guanhães:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Coletivo Flores de Resistência, Simone Maria da Penha de Oliveira. Ausente, justificou. Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Isac dos Santos Lopes. Fórum Municipal de Luta pelos Direitos dos Usuários do SUAS - Uberaba/FMLDUSUAS, Wellington Donizete Marques de Lima - "Leon". **Wellington, Fmldusuas:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Assume em condição de titularidade. Movimento LGBTQIA+ de Cláudio, Matheus Borges Gonçalves. **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE, Elder Carlos Gabrich Junior. **Elder, Sedese:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE, João Paulo Freire Jardim. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE, Érica Pereira Alves Beltrame. **Érica, Sedese:** Presente. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - SEDESE, Ester Rodrigues Espechit. **Ester, Sedese:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, Priscila Zacarias. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA, Anna Karla Ribeiro Silva. Ausente, justificou. Secretaria de Estado de Educação, Cleuza Maria de Oliveira. **Cleuza, SEE:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Secretaria de Estado de Educação, Vânia Lúcia de Almeida. Secretaria de Estado de Fazenda, Nelma Barbonaglia da Silva. Ausente. Secretaria de Planejamento e Gestão de Minas Gerais - SEPLAG, Solimar Assis. **Solimar, Seplag:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social de Minas Gerais - COGEMAS, Juliana Coelho. Ausente, justificou. Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social de Minas Gerais - COGEMAS, Paulo Henrique Souza. Ausente. CMAS de Ipatinga, Flavio Christian de Assis Miranda. **Flávio Cmas de Ipatinga:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Coronel Fabriciano, Karla Martins Carvalho. Ausente. CMAS Campanha, Cristiane Gomes Mattos Dias. **Cristiane, Cmas de Campanha:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Assume em condição de titularidade. CMAS Montes Claros, Ernane Gonçalves Maciel. **Ernane, Cmas de Montes Claros:** Presente. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Titulares presentes: 11. Ausente: 9. Suplente em condição de titularidade: 4. **Elder, Sedese:** Obrigado, Bia. Agora vamos para a apreciação e votação da ata da última plenária. É da última ou da penúltima? Da penúltima, né? Ela foi enviada no grupo essa semana, se eu

não me engano. Alguém tem alguma consideração a respeito da ata da penúltima plenária? Então, conselheiros que aprovam a ata da penúltima plenária, se manifestem levantando a plaquinha. A Sandra está sem plaquinha, gente. Dá uma plaquinha para ela. Conselheiros que reprovam. Abstenções. Aprovado por unanimidade. Agora vamos para a aprovação ou alteração da pauta com inclusão de pontos ou informes. Eu vou ler a pauta, primeiro, e depois a gente fala se vai ter alteração, vocês que sugerem. A pauta está da seguinte forma. Primeiro: Termo de aceite AEPETI. Segundo: pactuação do projeto executivo do PROCAD. Terceiro: prestação de contas do terceiro trimestre de 2025. Quarto: prestação de contas federais de 2024. Cinco: informações sobre os dados dos contatos que estão sendo feitos com os municípios sobre a ida dos delegados para a Conferência Nacional. Sexto: a aprovação de recurso federal para a conferência. Sete: posse dos novos conselheiros. Alguém tem alguma alteração de ordem ou inclusão de pauta? **Rosalice, Cmssvp:** Bom dia. Rosa, Conselho Metropolitano de Belo Horizonte. Nós, da sociedade civil, queremos o ponto cinco como ser o primeiro ponto de pauta hoje. O ponto cinco é: informações sobre os dados dos contatos que estão sendo feitos com os municípios sobre a ida dos delegados para a Conferência Nacional. **Elder, Sedese:** Ok. Mais alguma alteração ou inclusão? Então, gente, podemos aprovar a pauta com essa alteração proposta? Conselheiros que aprovam? Conselheiros que reprovam? Abstenções? Ok, então, pauta aprovada. Podemos começar, então, com o primeiro ponto: informações sobre os dados dos contatos que estão sendo feitos com os municípios sobre a ida dos delegados. Acredito que é Ester, não é? É, o primeiro ponto. **Ester, Sedese:** Bom dia. Nós fizemos um trabalho, começamos um trabalho essa semana, que passou, com os municípios que têm delegados para ir para a Conferência Nacional, no sentido de levantar quais as idas de delegados que já estariam viabilizadas. E, no caso de ainda não terem sido viabilizadas, que tipo de apoio que os municípios precisariam, que a gente poderia prestar. Nós entramos em contato com 145 municípios. Aí, eu trouxe alguns dados para vocês. São só dois slides. Pode passar, Bia, por favor. Então, qual seria a situação dos municípios com delegados eleitos para a conferência nacional? Esse panorama foi até ontem, porque nós ainda estamos trabalhando e pretendemos continuar trabalhando aí até o limite que a data da conferência nos permitir. Então nós entramos em contato com 145 municípios e perguntamos: "Já foi viabilizada a ida dos delegados e acompanhantes, quando for o caso, para a Conferência Nacional de Assistência Social?" E aí, 102 municípios informaram que já tinha sido viabilizado. 16 municípios informaram que essa ida ainda estava em tramitação. 2 municípios informaram que não viabilizaram. 8 municípios nos informaram que houve desistência por parte do delegado. E aí, por motivos de saúde, acho que teve acidente, não estava em condições de viagem. E 17

municípios até ontem ainda não haviam respondido. Pode passar, por favor. E aí a gente identificou, em relação aos delegados, naquele tipo de status, qual que era a representação do delegado. Então, em municípios que ainda estava em tramitação essa viabilidade para levar os delegados, quatro eram usuários, quatro trabalhadores, seis representantes de entidade, quatro representantes de governo. Delegado que desistiu: dois representavam os trabalhadores e sete representavam o governo. Dos municípios que não responderam: cinco são representantes de usuários, um de trabalhadores, dois de entidade e treze de governo. E que ainda não viabilizou a ida: um representante de trabalhador e um representante de entidade. Então, esse é o panorama que a gente tem até o momento. Obrigada. **Elder, Sedese:** Inscrições? Rosa? Alguém mais, gente? Matheus, Luizão... e Leon. Rosa, Matheus, Luizão e Leon. Rosa. **Rosalice, Cmssvp:** Rosa. Conselho Metropolitano de Belo Horizonte. Meu microfone está desligado. Tá, não? Então tá. Sobre esses que não viabilizaram. São dois. Nós temos um fórum. Um fórum das organizações da sociedade civil, que é das entidades da junta estadual. Já tem alguns dias que eles vêm falando: "Olha, o meu município não viabilizou, o meu município não viabilizou." Aí, hoje de manhã, vindo para cá, aí quando fala assim, "Não viabilizou dois", não viabilizou Ladainha, Manhuaçu, Areado, Pará de Minas e Ponte Nova, que hoje de manhã falaram que não vão porque o município... Só um minutinho, gente. Porque o município não vai viabilizar a ida deles. Por quê? Porque não tem recurso. Porque não consegue retirar o recurso, talvez que a SEDESE viu, que houvesse viabilidade, que ele poderia ir, mas que esse recurso vai ser utilizado por outra coisa. Então, desses municípios que não vão viabilizar, aí estou falando dois. Eu, hoje, fiquei sabendo de quatro. Está aqui no grupo. Eu posso mostrar para vocês, que eu até perguntei: "Qual o município que você é?" Aí foram falando: "Ladainha, Manhuaçu, Areado, Pará de Minas, Ponte Nova." E aí eu até falei com Luizão: "Luizão, vê se dentro do grupo de quem vai para a conferência estadual, se tem mais representantes de entidades nessa mesma situação." Eu não sei se os municípios falaram, deram os nomes. Então esses dados não batem com esse dado real que eu tenho agora. De 2 passou para 5. **Luiz Carlos, Armi:** Só para complementar, dar seguimento na fala dela. Eu peço desculpa... ARMI, Serra dos Aimorés. Só para informar que Eudimara Ferreira Leopoldo, segmento trabalhador. Serra dos Aimorés, Luiz Carlos dos Santos, segmento usuário. Serra dos Aimorés, Isabel Cristina Parecis, segmento trabalhador. Marcelo Gomes de Almeida, Ladainha. Entidade. Município, claro, das porções usuários. Município cidade Areado, Minas Gerais, também não. Varzelândia também não, informou aqui. E tem outros digitando aqui, falando que está nessa mesma condição também, então desculpa, viu? Só para seguir aí a fala de Rosa. Obrigada. **Elder, Sedese:** Matheus. **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio:** Matheus, Movimento LGBTQIA+

de Cláudio. A gente tem recebido... E aí, trazendo essa fala que, com certeza, os outros companheiros, principalmente o companheiro Leon, do segmento de usuários, vai trazer, muitas manifestações das pessoas usuárias, que foram eleitas delegadas, cobrando insistentemente a garantia desse direito à participação. A gente sabe que, e acho que a sociedade civil reconhece que essa proposta não é o ideal, não é a forma como a gente esperava que fosse, mas foi o cenário que, dentro de tudo que é possível estar, está posto. Não houve apresentação de outra alternativa. E a partir desse senso de responsabilidade, a sociedade civil concordou, na última plenária e nos diálogos, com essa tratativa. Mas a gente tem percebido, pelas manifestações, que tem acontecido alguns ruídos de comunicação, algumas questões que têm nos preocupado muito no sentido da responsabilização, a responsabilização nossa, enquanto controle social, enquanto sociedade civil, mas também da SEDESE e do Governo do Estado. Nesse sentido, e aí é uma pergunta mesmo sobre essa questão da tramitação e de uma das manifestações que apareceu muito recorrentemente, que foi: município tem o recurso, mas o recurso já está empenhado, já está todo organizado, com determinado fim. A gente sabe que a tratativa para mudar isso, ela não é simples. Às vezes não é possível, dependendo do estágio que está. E aí isso é uma resposta que o município dá para que não haja participação, para que a participação não seja viabilizada. E aí é entender como que está funcionando isso, porque se esse cenário não foi previsto anteriormente, que os municípios, eles já teriam esse recurso organizado lá, separadinho, para um determinado fim e para eles fazerem a modificação ia dar muito mais trabalho, isso ia fragilizar a garantia da participação, já que a gente... E até é bom também outro questionamento, saber o posicionamento da publicação da resolução, porque, pelo que a gente entendeu, ainda não foi publicada. Ela ainda está no jurídico, aguardando um parecer jurídico. Pelo menos essas são as informações que nós temos. Não sei se tem alguma atualização. E aí isso é um ponto também que a gente pensa, porque tem mais de um mês que a plenária fez a concordância. A gente sabe que esses processos são morosos mesmo, mas a gente tem percebido que essa burocracia está burocrática demais. E hoje, faltando nove dias, a gente entende que é ainda mais difícil a gente garantir, de fato, que o máximo de municípios e de delegados tenha o seu direito de participação respeitado e garantido. Então, nesse sentido, são esses dois pontos. É entender, assim, dentro do planejamento da proposta, qual a alternativa que o município tem, se o recurso já está comprometido com uma outra finalidade. O trâmite jurídico para que esses municípios... Porque municípios estão trazendo assim: "A gente não tem segurança de nada, de que vai tirar o dinheiro daqui, vai custear o delegado e depois vai receber. A gente não tem essa garantia." Então, são inicialmente esses dois pontos, e acho que o companheiro Leon vai trazer outras manifestações, só para gente

também escurecer mais essa questão. Acho que clarear é o problema. Acho que a gente tem que escurecer para a gente, de fato, compreender o que está acontecendo, e chamar de novo para a responsabilização, a responsabilização da SEDESE do governo do Estado, mas também desse controle social que realmente precisa de informações, estar em diálogo com essas pessoas e essas pessoas têm cobrado legitimamente, insistentemente, um posicionamento e um posicionamento, e são decisões. Isso na reunião de segmento da sociedade civil a gente trouxe muito ontem, que não somos nós, a sociedade civil, que vamos dar conta, mas a gente tem o dever de cobrar. E aí a gente queria respostas nesse sentido. **Elder, Sedese:** Leon. **Wellington, Fmldusuas:** Wellington “Leon”, FMLDUSUAS. Meu bom dia a todas as pessoas. Me traz muita preocupação quando a gente vê esses dados, Ester, porque muito dali não é a realidade daquilo que nós estamos vivendo. Porque falar que vai confirmar não é uma garantia de que os delegados estarão presentes. A prova disso é: de todas as pessoas aqui, eu posso parar meu WhatsApp aqui e falar, por exemplo: "Jordânia." E aí tem os nomes dos delegados, que não vou dizer. Depois, se precisar, eu passo. Tem, por exemplo... Opa! É o pessoal toda hora mandando mensagem aqui. Espera aí, gente. Está aqui “Cataguases” e aí por diante, e vai todos os nomes aqui. Amparo da Serra. Então, são pessoas aí que estão dizendo que estão enfrentando dificuldade. Eu até anotei aqui quando... O Paulo, ele não está aqui hoje, e até faço menção ao nome dele e agradecer, porque a todo tempo, independentemente ali da hora, porque ele se colocou à disposição e falou: "Leon, independentemente da hora, tudo, você pode mandar mensagem, que nós vamos entrar em contato até com o prefeito." Até brinquei e falei assim: "Quem sou eu para chegar lá e falar com o prefeito?" Até com prefeitos eu estive em contato, com os gestores, enfim. E a maior parte diz assim para mim: "Qual é a garantia, de fato, que esse repasse vai acontecer?" Lembrando, um deles disse ainda que: "Olha, o ano já está terminando. Se esse repasse não acontecer de imediato, o repasse só vai poder acontecer após o mês de fevereiro." Então, aí são indagações que eu faço à SEDESE, quando, de fato, esse recurso, ele vai ser repassado para os municípios, certo? Lembrando que nós estamos aí no fechamento do ano. Oi? É, e a nove dias, diga-se de passagem. Exatamente. Eu quero trazer também à memória de que o fórum... Isso eu vou diante não só dos delegados e delegadas, mas também olhando o meu segmento de usuário. Nós tivemos aí o encontro do fórum, certo? E o encontro do fórum é mais ou menos a quantidade de delegados usuários que nós temos. Foi diretamente para os delegados e não partiu para os municípios, entendeu? E quando eu disse, a minha fala é o que a gente está vivendo. Disse isso pessoalmente. Não é contra a SEDESE e nem contra as SUBAS. Mas aqui eu reafirmo a minha fala da primeira manifestação. E, assim, no grupo que isso para mim nada mais é do que uma maneira

disfarçada do governo de não garantir a participação de todos nós, enquanto delegados. E digo "todos nós", porque faço parte também desta delegação, certo? A maior parte também dos municípios diz: "Olha, todo o nosso recurso, ele já está ali, oficializado e encaminhado para poder ser gasto. Então nós não temos condições de poder garantir a participação dos delegados, do nosso município, uma vez que esse repasse ainda não aconteceu." Ontem, tivemos a reunião da sociedade civil, e vem para a aprovação dessa plenária, deste conselho mais R\$ 1 mil de repasse. E a minha sugestão é que pelo menos esses R\$ 1 mil não vá para municípios e, sim, diretamente para os delegados. Pelo menos isso, certo? Então, nós estamos enfrentando muitas dificuldades em relação à participação dos delegados. E eu peço, então, que a SEDESE, e as SUBAS, e o governo de Minas Gerais provem o contrário para mim, que essa não é uma maneira disfarçada de toda a delegação de Minas Gerais não estar participando. Houve a capacitação do sistema do CIS Conferência, e a delegação de Minas Gerais se manifestaram em relação a todo esse processo, e os conselheiros do CNAS querem que formalize uma denúncia contra... em relação a toda essa resolução e todo esse processo. Então eu preciso aí ouvir da SEDESE e das SUBAS para que isso não seja formalizado de uma forma totalmente errônea. Represento um fórum, represento todo um segmento, e isso está totalmente explícito na live, quem quiser pode estar acompanhando, em relação a essa denúncia. **Elder, Sedese:** João. **João Paulo, Sedese:** João Paulo, SEDESE. Bom dia, pessoal. É, eu acho que é um pouco na linha do que o Matheus falou. Eu queria trazer uma sugestão, porque, assim, o que acontece? Eu acho que a Ester trouxe um trabalho que começou na semana passada, e não é simples, de entrar em contato com 145 municípios, equipe, muita gente mobilizada, e esse é o dado que nós temos pelo contato que foi feito. É isso que a Ester apresentou. E aí vários aqui também tem os seus contatos pela sua representatividade e tal. O que eu... Acho que o grande problema aí, e eu já falei várias vezes aqui do meu papel como vigilância, o que eu acho que a gente precisa fazer é, enquanto CEAS, primeiro: organizar essas informações. Porque quando, por exemplo, Rosa traz, Luizão traz, Leon traz, todo mundo traz que: "Ah, mas o município falou comigo que não." Onde que eles estão naquele quadro? A gente não sabe. Então, primeiro, nós temos informação de um monte de lugar que não estão centralizadas. A gente precisa organizar essa informação para entender qual que é a nossa demanda. Ah, são: metade dos municípios ainda não viabilizou. Então nós vamos ter que trabalhar com essa metade. A outra metade que viabilizou, a gente precisa confirmar. Viabilizou mesmo? Porque às vezes teve gestor que respondeu que viabilizou, é o que está aqui falando com a Rosa, que "não". Então, assim, essas informações estão desconstruídas. Dificilmente a gente... Se a gente ficar jogando aqui um monte de informação que a gente não vai conseguir confirmar ou não e ver qual que é, de fato,

o problema, se o problema é porque não tem recurso, vamos tentar orientar os municípios nessa perspectiva de como viabilizar. O problema é vontade política? Porque a Ester falou. Teve gestor que falou: "Não, eu não vou viabilizar." E aí a gente tem que pensar: "Cadê o CMAS desse município?" A nossa incidência tem que ser outra. Então, assim, para pensar estratégias, a gente precisa ver o cenário. Então, minha sugestão é que, enquanto CEAS, que possamos fazer uma planilha organizada com essas informações, juntar todas as informações que todo mundo tem para a gente, de fato, ter uma mensuração correta do que está realmente viabilizado, o que não está, mas está em tramitação, ou seja, está andando, e a gente ajudar a destravar o que está faltando. Nós, SEDESE, e nós, CEAS, não só a SEDESE. Eu acho que todo mundo pode ajudar. Então, é ver o que cada um pode ajudar. Só que é difícil a gente falar aqui em ajudar quando um fala uma coisa, o outro fala outra e ninguém sabe qual que é o correto. Então, minha sugestão, acho que o primeiro trabalho que a gente tem que fazer é consolidar isso. Eu posso ajudar. Eu tenho alguma habilidade... Na conferência, a gente fez isso e ainda bem que a gente sentou antes e tentou organizar essa informação para, na hora, evitar problemas. E a gente ainda teve problemas. Eu acho que nós estamos na mesma situação aqui. A gente está andando, pisando em ovos, a gente está trabalhando em um cenário que a gente não conhece, um monte de gente falando um monte de coisa, todo mundo tentando ajudar, mas cada um indo para um lado. Então acho que assim, nós, enquanto CEAS, a gente precisa fazer uma leitura de cenário, entender o que a gente precisa fazer, a quem cobrar, como o Matheus disse, a quem que pode contribuir. Regionais podem contribuir? COGEMAS está contribuindo? Cada um botar o seu tijolinho nessa parede para a gente conseguir levantar ela. Porque se a gente ficar aqui, cada um trazendo cada hora uma lista, não vai adiantar nada. Eu acho que a gente não vai conseguir sair do lugar até pelo prazo que a gente tem. Então minha sugestão é essa, que possamos organizar essas informações para a gente entender, de fato, a realidade, o cenário que a gente tem desses números. E a partir daí, pensar as estratégias que esses CEAS vão adotar para poder tentar ajudar e cobrar de quem tem que cobrar, fazer o que tem que fazer. **Elder, Sedese:** Ludmilla. **Ludmilla, Cress:** Ludmilla, CRESS. Eu já fui bem contemplada pelas falas dos meus colegas, depois que eu fiz a inscrição. Mas eu só queria ressaltar dois pontos que eu acho que é importante, que, primeiro, nós estamos recebendo muitas cobranças, muitas cobranças mesmo. Inclusive, recentemente fomos cobradas, eu e Lais, que estamos em um grupo de trabalhadores, fomos cobradas diretamente pelos representantes do Conselho Nacional, inclusive com as falas que Minas Gerais é o estado mais preocupante do país neste momento em relação à participação das delegações. Então assim é realmente... Nós já estamos expressando essa preocupação com essa forma que foi

encontrada, há dois meses, desde antes da proposta ser votada, na plenária anterior, nós já estávamos colocando a preocupação. Veio na plenária do mês anterior essa uniproposta. Digo "uniproposta", porque não tinha nenhuma alternativa a ela. Então era uma proposta única, no sentido de que ou é isso ou o estado não cofinancia. Então é importante ressaltar e registrar isso também. Então, assim, e a partir de todos esses questionamentos, veio novamente que seria a única forma. E a partir disso, agora nós estamos sendo cobrados pela forma que foi deliberada e pela forma como a coisa está posta e, principalmente, pela ausência das confirmações e da preocupação, inclusive do CNAS, com a situação de Minas Gerais. E a gente que vive reforçando que Minas Gerais é exemplo, que Minas Gerais é pioneiro, da expressão de Minas Gerais, e estamos fazendo esse papelão na Conferência Nacional. Esse é o primeiro ponto. E o segundo ponto é: nós já entendemos que a resolução está no jurídico. Mas qual é o prazo? Qual que é a finalização? Uma vez que... Quando o João Paulo coloca, realmente o que a gente pode ajudar? Os municípios não têm dinheiro. É isso. O principal ponto que tem acontecido é esse: os municípios não têm recurso. Se a questão está no jurídico, qual que é o prazo para se resolver? Como que isso vai chegar no município, passar pelo Conselho Municipal para deliberação para eles comprarem essa passagem em oito dias? Porque no nono eles já tem que estar embarcados. Em oito dias. Isso não é possível mais, porque o jurídico atrasou? E agora? Como que nós vamos fazer então para resolver esse atraso que não foi daqui do CEAS, é do jurídico da SEDESE. Então qual a resposta que a SEDESE vai dar para esse... Porque o problema do município, a gente já sabe, é esse: falta de recurso. A partir disso, o que a gente vai fazer? **Elder, Sedese:** Leon. **Wellington, Fmldusuas:** Tá. Concordo com o João. Concordo com o João. Essa questão de nós tentarmos procurar uma solução. Mas o grande desafio é: nós estamos a nove dias, vamos colocar oito dias, nem nove, porque hoje todos estamos aqui empenhados nessa plenária. Levando em consideração o sábado e domingo, que literalmente ninguém vai trabalhar, quantos dias que nós temos para isso? Lembrando que os municípios, eles param também sábado e domingo. Quanto tempo que teríamos essa resposta? Foi o que eu disse e eu repito: prove o contrário daquilo que eu disse. E eu estou representando um segmento, me perdoe, mas é um segmento mais fragilizado dentro do Sistema Único de Assistência Social. Eu concordo, e aqui deixo bem explícito a questão dos meus pares, enquanto sociedade civil, para que toda a sociedade civil, entidades, trabalhadores e usuários, estejam cientes, porque ali há uma manifestação muito forte contra a sociedade civil, que era a única opção que nós tínhamos. Embora toda manifestação contrária, mas a única opção. Lembro muito bem quando foi indagado: "Ah, tem o plano B?" "Não, não existe plano B. É esse ou não é, certo?" Então, quando vem com uma faca no pescoço, literalmente,

parafraseando aquilo que eu aprendi aqui dentro do estado de Minas Gerais, ou a gente aceitaria isso ou não teria nenhuma outra proposta para garantir a participação. Então eu entendo. Quando os meus pares votaram nessa resolução, e favorável a essa resolução, era olhando a agilidade para que a resolução fosse publicada e todos os trâmites aí pudessem ser garantidos em tempo hábil. Certo? E me desculpem, quando as SUBAS e a SEDESE querem, apressam, de fato, o jurídico, e acabam aprovando. Certo? Então é onde que eu disse: prove o contrário para mim que isso não é uma maneira disfarçada do governo não garantir a participação de nós, delegados. **Elder, Sedese:** Luizão. **Luiz Carlos, Armi:** ARMI, Serra dos Aimorés. Interessante porque quando eu cheguei aqui no CEAS, eu cheguei com a perspectiva de que todos os meus problemas seriam resolvidos dentro do CEAS, porque eu vinha lá do interior de Minas, participando de várias atividades em vários conselhos municipais, e entendia que o CEAS aqui era soberano em várias questões. Então, eu vejo o CEAS hoje na mesma situação do meu município, onde o Conselho Municipal reúne, delibera, mas não chega, não acontece. Então, nós temos uma resolução, nós temos um ofício que está em circulação, nós temos todas as orientações, nós nos preocupamos aqui, enquanto CEAS, de fazer tudo certo, dentro da perspectiva de que daria certo. Inclusive, mesmo com a orientação de que os municípios não teriam condições de executar. Tivemos reuniões ali da sociedade civil e os representantes COGEMAS, é isso? Falou que os municípios não tinham condição nenhuma de executar isso. E mesmo assim, nós voltamos aqui e acreditamos que daria certo. Mas na reunião da sociedade civil ficou claro: nós não temos condições, não temos logística, nós não temos nem legislação do município para isso. Foi isso que nós ouvimos e, mesmo assim, nós viemos aqui, votamos favorável, porque nós não tínhamos outra opção. Então eu vejo que quando a SEDESE entra em contato com o município, ela está entrando em contato com a gestão. A gestão mente, gente. Sinto dizer aqui na mesa do CEAS, mas a gestão mente. Ela vai falar: "Olha, está tudo certo." Agora, quando você entra em contato com o usuário, com o trabalhador, com a entidade, diz: "Não, eu não estou sabendo de nada, não. Ninguém me ligou, ninguém me procurou, ninguém me falou nada. Quando eu vou lá, ninguém me recebe." Então, viu, João? Eu oriento para que entre em contato com o delegado e não com a gestão. Porque a gestão está mentindo para o CEAS aqui, para a SEDESE, falando: "Olha, está tudo bem." Aqueles municípios que têm coragem, que me parece que foram dois... Não, dois não responderam. Que não viabilizou. Dois, né? Eu vou parabenizar meu município aqui, Serra dos Aimorés, que entrou em contato ontem e falou: "Nós não temos condições." ... E aí, o que que acontece? Ficou por isso mesmo e vai ficar por isso mesmo. E essa é a questão aqui. O município falou: "Eu não tenho recurso, não tenho condições e eu não vou mandar." E aí é o que nós vamos fazer com

essa informação. Então o delegado aqui, que é usuário, que tem um acompanhante, tem um trabalhador que está no município lá, entrou em contato comigo: "E aí?" Ué. E aí? E aí, vai fazer o quê? Não tem... O recurso não vai chegar e não tem como punir esse município. E aí vem a pergunta: e se esse recurso chegar depois? O que será feito com ele? Será devolvido ou não? Ou será que é interessante para o município não liberar essa representatividade para depois ficar com esse recurso para aplicar naquilo que achar mais interessante? Então, assim, eu vejo que não é uma questão agora aqui de nós, sociedade civil, nessa mesa, a gente apresentar todos esses argumentos. Não depende da gente. Eu até disse ontem e repito aqui para a secretaria executiva: muitas vezes nós cobramos certas atitudes da secretaria executiva aqui. E eu disse: "Nós não pagamos secretaria executiva." Então, entre atender nós, sociedade civil, e atender a representatividade do governo, a secretaria executiva sempre vai optar em atender as demandas que são relacionadas ao governo. Por mais que queira muitas vezes atender à solicitação da sociedade civil, porque nós não pagamos. Nesse caso, a sociedade civil não tem recursos, não tem dinheiro. Não adianta a gente argumentar o dia inteiro. Se o jurídico não apontar, se o governador do estado, se a SEDESE ou esses órgãos que está com recurso não liberar, não liberou. Então, assim, eu fico preocupado, porque a gente vai se desgastando aqui, volta para o município, se desgasta também e nós não temos o recurso. Porque se cada um de nós aqui tivesse o recurso disponível para resolver essa questão, já estaria resolvido, gente. E eu participei de várias conferências. É a primeira vez, é a primeira vez que eu vejo o estado com essa conduta. Nas conferências de assistência social que eu participei. Toda vida era assim: o município organizado para que a gente chegasse aqui no estado. Chegava aqui no estado, aí sim, a SEDESE cuidava da gente até a Nacional e trazia nós de volta através de ônibus, de passagem. O município que trazia, o município era responsável pelo deslocamento até o estado. Não é isso, não, João? **João Paulo, Sedese:** Já foi de tudo quanto é jeito. **Luiz Carlos, Armi:** Das que eu participei, todas que eu participei da assistência, essa é a primeira vez. Eu participei de várias. É a primeira vez que eu vejo essas condições, porque eu sempre saí do município, chegava aqui no estado e aqui a gente recebia todo o apoio. Ou era de avião ou era de ônibus, enfim. Mas a gente não tinha a preocupação daqui para a Nacional, da Nacional para aqui, porque a minha preocupação era chegar aqui. Quantas vezes a nossa entidade mobilizava lá, arrumava recurso para que a gente chegasse aqui. Chegava aqui, as nossas preocupações acabavam, porque a gente tinha consciência que chegando aqui no estado, o estado ia cuidar dos traslados até a Nacional, ida e volta, e aí a gente voltava para o município. Então eu vejo assim, é o que foi dito aqui hoje: será que não é questão política? Talvez seja uma questão política, e eu vejo que é porque a questão está lá no jurídico, que não vai para não sei onde,

e o município está confortável, o município está confortável em dizer "não" aos delegados. Eu oriento, então, João, que o contato com os delegados e não com os gestores desses municípios. Ligue para os delegados eleitos para a Conferência Nacional, pergunte a ele: "Está com a passagem comprada? Está tudo organizado?" Faça o contato com o delegado. **Wellington, Fmldusuas:** Wellington "Leon", FMLDUSUAS. Rapidamente. O Luizão está falando aí e me trouxe à memória. Até está marcado aqui. A coisa que eu mais tenho ouvido também dos municípios: para os delegados participarem da estadual, tivemos que arcar. Agora teremos também que arcar com a Nacional. Então é esse outro grande gargalo em relação a isso. Sim, sim. O recurso não chegou até eles. Eles estão tendo que fazer isso. Sim. Então é isso que eu estou falando. Para a estadual, eles tiveram que arcar a vinda dos delegados. Agora, literalmente, eles estão tendo que fazer a mesma coisa para a nacional, porque o custeio ainda não chegou. **Elder, Sedese:** Mayra. **Mayra, Apae - Bh:** Então... Mayra, APAE - BH. Eu fui contemplada em várias falas. E aí eu queria só registrar aqui também essa questão de que quando a gente aprovou a resolução lá, eu, como conselheira que aprovei, a gente tentou ali até alinhar algumas questões junto ao COGEMAS, e aí não tinha outra opção. Eu, de verdade, acreditei que esse recurso, ele sairia de uma forma mais ágil, diante do tempo que já estávamos, todo mundo já sabia disso, que já estava em cima da hora, então achei que isso seria uma prioridade. Então me pega muito de surpresa hoje estarmos nessa situação. Votei favorável, sim, mas acreditando que nessa plenária as coisas já estariam mais resolvidas, que esse recurso, ele já estaria na conta. Então acho que aqui é frisar isso: como que a gente vai fazer? Porque a gente, da sociedade civil, estamos sendo muito pressionados também, estamos sendo criticados, enfim. E a questão, para além disso, dessa cobrança, é, de fato, a garantia dos delegados na Conferência Nacional, como que a gente vai lidar, mesmo sendo oito dias aí, nem oito dias úteis, mas como que a gente vai fazer o nosso esforço. Entendo, concordo em partes com o João, porque acho que tem que ter esse esforço coletivo. Mas, nesse momento, eu acho que o que a gente quer frisar é especificamente essa questão da garantia do recurso na conta dos municípios. **Elder, Sedese:** Ester. **Ester, Sedese:** Ester, SEDESE. Gente, eu acho que é um problema complexo, não vou falar que vai ser fácil de resolver, não. Do ponto de vista político, eu tenho toda a tranquilidade em dizer que não é dessa ordem, né? Desde o primeiro momento, eu acho que a Mariana, ela buscou, propôs e atuou para viabilizar essa transferência financeira para os municípios. Nós atuamos no que nos cabia tempestivamente e rapidamente, assim como é para além da alternativa, da busca de solução, da proposição de soluções, nós temos um período de implementar essa decisão. E após a autorização, por meio de um parecer jurídico da publicação SEDESE para operacionalizar essa proposição, que foi

proposta pelo executivo e deliberada pelo conselho e na CIB, a execução cabe a mim, como servidora pública. E essa garantia eu consigo cadastrar, operacionalizar isso com o apoio da equipe no mesmo dia. Mas eu preciso da publicação desta resolução. Eu não posso atuar sem essa autorização legal. Não posso, não posso, não posso. Simplesmente não posso. Essa análise dessa proposição, vocês sabem, está no jurídico. Foram feitas gestões. É como o Leon falou assim: "Quando quer, manda no jurídico." Eu, nos meus 30 anos de servidora pública, eu nunca consegui mandar no jurídico. Eles falam assim: "Depois que chega a demanda para a gente, eu tenho 10 dias úteis para me pronunciar." E nem esses 10 dias úteis que estão na norma, eles seguem ou não. Às vezes vai para além disso. Então a situação hoje, para que eu consiga operacionalizar essa decisão, ela depende de um parecer jurídico. Então, esse é um ponto. O segundo ponto que eu acho assim que a gente, que nós fizemos esse trabalho, que eu espelhei aqui para vocês. Isso foi feito pela equipe técnica da diretoria que eu atuo, no sentido de indagar a gestão municipal, porque a nossa relação é com a gestão municipal, é estado com gestores municipais. É com eles que a gente conversa. E foi para eles que eu pedi a informação, porque também caberá a eles operacionalizarem essa ida. A gente tinha falas aqui que poderíamos ter muitos problemas nessa proposta que foi apresentada, que os municípios não conseguiriam operacionalizar isso, que não teriam normativas para isso, que não teriam dinheiro para isso. Era uma série de problemas. Eu considero positivo o retorno de que 102 municípios já viabilizaram a ida dos delegados, dos 145. Então nós estamos falando aí em torno de 70% dos municípios já viabilizaram a ida. É um universo que não é pequeno. Eu tenho lido essas informações nesses últimos quatro dias. Algumas, por exemplo, pontualmente, Serra dos Aimorés, do nosso colega Luizão. Estou achando difícil que os delegados desse município consigam ir. Estão sem gestão municipal, estão inseguros para tomar decisão. É uma realidade que eu não sei como é que nós vamos poder atuar. Belo Horizonte, que é outro município que me chama a atenção. É onde a gente mora. São quatro delegados. Qual que é o status? Está na mesa do secretário. Como é que ele está classificado ali para mim? Em tramitação. Não vejo dificuldade. Acho que vai acontecer, pela informação que eu tenho e como eu classifiquei. Alguns municípios viabilizaram a ida com recursos do IGD-PBF e outros municípios nos informaram que viabilizaram a ida com recursos do piso mineiro. Alguns municípios, está na planilha, nos informaram que não teriam recurso financeiro. Nós atuamos nesse sentido. Buscamos nos sites de informação o saldo em conta, porque a gente consegue ver o saldo em conta das contas federais. Da conta estadual, a gente ainda não consegue ver o saldo em conta. Um município tinha saldo: 55 mil. O outro tinha 5 mil e pouco. 5 mil, eu acho preocupante. 55 mil, eu acho que poderia viabilizar, mas declaram que esses recursos já estão

comprometidos com a execução de serviços. Entendo eu que eles têm uma expectativa do recurso do estado para executar essa despesa. E eles não estão errados, porque nós estamos trabalhando nesse sentido. Eu acho que é uma situação complexa. Acho que o João propôs uma alternativa, porque eu sempre penso muito em resolução de problemas, o que eu ainda posso fazer até o limite para resolver problema. Eu lido assim sempre ao longo da minha vida profissional, porque a gente às vezes fala que o problema é de dinheiro e não é. A maior dificuldade das políticas públicas é na implementação. Com o meu dinheiro, eu gerencio tempestivamente, faço o que eu quero. Na administração pública eu só faço aquilo que eu posso fazer. E hoje, sem uma resolução publicada, eu não posso atuar. Não posso. Eu tenho até dinheiro em conta. O dinheiro está aí. O financeiro está aí, mas eu não tenho como fazer. Eu não posso passar esse dinheiro para uma pessoa da sociedade civil. Eu não posso passar esse dinheiro nem para uma gestão municipal se eu não tiver uma resolução que me autorize a fazer isso. É dinheiro público. Então, eu tenho que seguir os trâmites legais. Então, assim, nós ainda estamos no dia 28 de novembro, eu posso transferir este recurso para o município até o dia 31 de dezembro de 2025, conforme a resolução proposta, aprovada pela CIB e por esse Conselho. Depois desse prazo eu nem poderei transferir mais. E eu posso transferir esse recurso, desde que eu abra o termo aditivo no SIGCON, o gestor municipal preencha, o conselho aprove e a gente autorize, enquanto SEDESE. Então, eu ainda tenho um trâmite a fazer. Então, ou seja, hoje nós temos esse quadro que pode ser alterado a todo momento, pode ser complementado com novas informações de outras fontes. E nós vamos ter aí um universo para atuar em um prazo curto, não é? E eu acho que é uma atuação que vai ser feita pela gestão estadual. Nós vamos continuar trabalhando nisso todos os dias e acho que podemos ter outro tipo de atuação também, da secretaria executiva e de outros conselheiros. Não sei, mas é essa questão que eu vejo hoje. **Elder, Sedese:** A gente tem inscrito aqui: Sandra, Cris, Rosa, Leon. O João vai propor encaminhamento. Então eu ia sugerir de falar a Sandra, Cris, Rosa, Leon. Depois o João faz o encaminhamento e aí, se vocês tiverem outro encaminhamento... Podemos agir dessa forma? Então, o João deu encaminhamento, depois vocês dão encaminhamento que vocês querem também. Então, Sandra. **Sandra, Sintibref:** Bom dia. Sandra, SINTIBREF. Então, gente, é assim... Está no microfone? Ah, gente, é assim... Uma decepção, porque eu lembro da última conferência. Não é resgatando e voltando ao passado, não, mas também tivemos problema. E na última hora, quem estava aqui lembra, que foi o recurso lá do Nacional que viabilizou as passagens de avião em uma articulação. Eu estava como conselheira nacional e depois ainda teve muita discussão, porque não tinha tempo para viabilizar. A gente passou. Então assim, o porquê que essa resolução ainda não foi publicada? Quero falar com

muito respeito, não é com a gestão aqui, Ester. Não são vocês, não. A gente não está falando nada pessoal aqui. Quando a gente radicaliza, e já aconteceu muitas vezes isso no município, na sociedade civil: "Vamos parar essa plenária e vamos todo mundo lá no gabinete da nossa secretária agora?" Aí fala assim: "Nossa, mas que loucura, está radicalizando. Não é assim que se resolve os problemas." Mas eu fico pensando: se não acontecer, Ester, com todo o esforço, que nem você está falando, você consegue fazer isso em um dia. Essa resolução está no jurídico. Quem é o jurídico? É um setor da SEDESE, não é? Quem que é o jurídico? Então, para onde? Qual a instância que a gente tem aí? Até aqui, esse nível a gente não consegue. Por que que essa resolução não foi publicada? E se não for na semana, não vai viabilizar o seu trabalho, Ester, que você fala que em um dia você consegue. Eu estou dizendo aqui, gente, do compromisso. É um êxito ter aí 70%, 80% dos municípios. Mas houve esforço, houve energia, houve gasto, houve tempo. Aconteceu de nós estarmos vários aqui, com recurso público nos municípios, criou, eu estou falando de expectativa, de sonho, de luta desses usuários, porque não é só "Eu quero ir para Brasília". É uma série de coisas que a gente vê que compromete esse usuário. Acabei de vir da Marcha das Mulheres Negras. É gente que trabalha assim... Gente, é uma expectativa, é um sonho de mudança, de transformação, que a gente fere, principalmente os usuários. Então, assim, houve todo um trabalho feito e, de repente, vai passar quarta, quinta e sexta. "Ah, não, não foi possível." Acaba, não acontece nada. E eu fico pensando de quem é a responsabilidade que esse dinheiro não chegou lá ainda? Que a resolução já tem um mês que foi votada e ela não está publicada. De quem? Eu faço essa pergunta aqui. E como vamos fazer? Vamos criar um grupo para sair aqui hoje lá na secretaria falar com a secretária. Cadê a secretária? Não estou falando de Mariana, que a gente sabe como que ela se esforçou. Como que ela se esforçou. Fez sentido. Agora passa um mês. Passa. Chega na plenária. A pressão... E outra coisa. A gente tem que dar visibilidade que não foi o CEAS, porque quem está responsabilizando os grupos somos nós aqui, conselheiros, nós dos grupos que estamos lá, a gente está vendo o diálogo, como que está sendo pressionado e culpando: quem é o responsável? Quem está coordenando? E está assim, muita pressão. Então, assim eu penso que é, mais uma vez, não estou falando desse corpo de técnicos aqui. A gente sempre ressalta isso, mas se não é político, está no jurídico. O que que faz? O jurídico está trabalhando a serviço de quem? De quê? Eu fico assim, pensando que já aconteceu isso no [ininteligível - 00:56:07,163] por causa da [ininteligível - 00:56:07,636] Teve um dia que a gente saiu um grupo lá e fomos lá, conjunto: "Vamos bater lá na porta. O que está acontecendo aí que está parado, está engavetado? Que já passou mais de um mês." Então assim não sei. "Ah, está radicalizando, não é assim que faz política." Simplesmente está tendo um descaso com o controle social, com participação,

na prática. E eu fico pensando que a gente tem que tomar uma atitude, não vou dizer assim "radical", mas assim começar a dar visibilidade. E eu fico pensando sabe, gente, eu estou participando lá de audiência pública que está chamando por conta de conferência de idoso, aí vai para outra conferência, acontece uma coisa. O que está acontecendo? É desse governo nosso que nós estamos falando. Nosso, não. Infelizmente ele não é meu. Não vou nem falar por todos, mas assim não estou nem estou falando aqui dos técnicos. Mas assim, mais uma vez, mais uma situação trágica, que da última plenária foi desse jeito, sim. Eu com a Grazielle, 06h30 da manhã eu estava falando com Arimatéia. "Você vai liberar? Vai liberar a passagem?" O presidente do fundo lá. "Vai liberar a passagem?" E foi liberado. E vocês fizeram um trabalho maravilhoso dentro para viabilizar passagem. Foi uma situação assim que a Grazielle que acompanhou mais, eu estava no CNAS. Agora, de novo, a situação é só informe. "Está no jurídico, está no jurídico e ponto." Não, acho que é um ponto e vírgula e a gente também decidir depois, sociedade civil pode reunir, ver o que que nós vamos fazer. Obrigada. **Elder, Sedese: Cristiano. Cristiano, Sedese:** Bom dia, todas e todos. Cristiano, SEDESE. Estou na Subsecretaria de Assistência Social. Eu pensei muito em fazer algum comentário, porque, na verdade, eu tenho acompanhado mais à distância essa situação. Mas é só uma reflexão, tá, pessoal? E aí assim, é uma reflexão minha que eu vou trazer. Primeiro que eu acho que, assim, eu concordo com tudo que foi falado. Vocês estão cobertos de razão, porque, claro, uma situação como essa dá margem para vários questionamentos, dúvidas, de que é uma questão política, de uma questão do governo, e eu acho muito interessante, eu me sinto feliz quando eu escuto. Vocês fazem um esforço que é muito legal, de separar os técnicos da SEDESE, SUBAS, ou SEDESE. Não, o governo e tal. Mas, assim, eu vou concordar com o que a Ester disse, e aí, assim, eu não quero que alguém, não espero que vocês concordem comigo, tá? Mas é de um servidor público que está dentro da secretaria. Eu sou servidor efetivo do Estado, estou na secretaria já desde 2011 e já passei por quatro governos, inclusive governos de lá e de cá. Essa foi, acho que a minha sexta ou sétima Conferência Estadual de Assistência Social que eu participei. Então, como servidor, eu posso, assim, dizer que de onde eu estou hoje, essa questão toda não envolve uma questão política. Então, assim, aquela história de que: "Ah, tem uma cartilha do governo lá que a gente abre ela quando aparece essas situações e deixa eu ver a diretriz aqui. Ah, não, nós não vamos viabilizar a participação dos conselheiros da sociedade civil nas conferências, porque nós somos contra a participação social." Isso não existe, tá, pessoal? Agora, se existem problemas de viabilização, de operacionalização, isso tudo, vocês têm toda razão de cobrar. Por isso que eu concordo. Assim, só para a gente... Eu estou dizendo isso. Não quero que ninguém concorde comigo. Sou um servidor público. Onde eu estou são todos

servidores públicos. A Ester falou uma coisa, que é assim. É lógico que justificar dessa forma parece desculpa. E eu não estou aqui me desculpando, mas infelizmente é assim. Infelizmente ou felizmente, é assim. O servidor faz aquilo que está na lei. Se não estiver na lei, ele não pode fazer, sob pena dele ser punido com processo administrativo. Isso é uma coisa. A outra coisa é: também não é uma justificativa, nem uma desculpa, tá? O jurídico da SEDESE não é da SEDESE. O jurídico que está na SEDESE é da Advocacia Geral do Estado. As pessoas que estão lá, os procuradores que estão lá, os advogados que estão lá, que são servidores públicos também, são servidores da Advocacia Geral do Estado. Então, as questões que estão acontecendo lá dentro da assessoria jurídica também não são e nem podem passar por nenhuma questão política, sob pena das pessoas que estão lá, advogados, advogadas, procuradores e procuradoras que são da Advocacia Geral do Estado, sofrerem punições também. Então, assim, são questões complexas. Vocês estão cobertos de razão. A nove dias da Conferência Nacional, isso não pode acontecer. Foram apresentados os riscos todos na hora de pactuar e ninguém colocou a arma na cabeça de ninguém para aprovar. Essa história, eu já ouvi outras vezes, de que: "Ah, não. Depois, se acontecer alguma coisa, vai dizer que foi a plenária dos CEAS que aprovou e aí acaba penalizando a sociedade civil, os conselheiros da sociedade civil." Mas, assim, somos todos. Eu não sou, mas aqui é um conselho e todo mundo, sociedade civil e governo, fazem parte da mesma plenária. É lógico que eu acho que assim, as decisões que foram tomadas, que vocês tomaram, tomaram de acordo com o contexto que vocês tinham de informação naquele momento. Havia riscos. Esses riscos ainda não foram superados. 70% não é 100%. Concordo com vocês que a gente tem que lutar para ser 100%. Todos os que foram eleitos têm que ir para a conferência. Então eu estou trazendo isso, por quê? Porque assim todos os anos acontece a mesma coisa. Eu falei, participei de seis conferências. De dois em dois anos acontece isso. Acontece isso, ou às vezes por falha do governo federal, ou às vezes por falha do governo do estado, ou às vezes por falha nos dois, porque não existe um plano de longo prazo, de médio e de longo prazo para tratar disso. Acho que agora o foco é resolver a situação. Pronto. Mas fica para o próximo conselho da gente começar a pensar nessas questões junto com o governo do estado, seja qual for o governo do estado que vier nos próximos dois anos, porque ano que vem tem eleição também, seja qual for, para a gente ter um plano para, na próxima conferência, isso não acontecer. Porque é isso. A gente acaba se preocupando muito com questões da conferência estadual e acaba esquecendo um pouco dessas questões que envolvem a Conferência Nacional, que de dois em dois anos tem esse problema. Então assim é só... São reflexões, mas é só para contribuir. Quem achar que é importante o que eu disse, fica aqui o meu agradecimento. Obrigado, pessoal. **Elder, Sedese:** Temos Rosa, Leon e depois Isac. **Rosalice, Cmsv:**

Rosa, Conselho Metropolitano da Sociedade de São Vicente de Paulo. Bom, eu já passei por várias conferências estaduais e nunca, nunca vi essa inviabilidade acontecer de tal forma. Ou ia de avião ou ia de ônibus, mas ia. O estado de Minas Gerais, a SEDESE e o CEAS viabilizavam essa ida dos conselheiros. E quando a Sandra fala que é uma crítica ao CEAS, não. Há um manifesto público contra a sociedade civil do CEAS. Ninguém cita o governo. Ninguém. Todos estão acusando a sociedade civil do CEAS, que é entidade, usuário e trabalhador, e conselhos municipais que votaram a favor de uma resolução que está prejudicando os delegados. Essa é a realidade que hoje nós, da sociedade civil, estamos enfrentando. Só que esse problema, a gente não fala... Quando a gente fala que a gente precisa que a SEDESE nos responda, não é a SUBAS. A SEDESE como um todo, ela responda por quê? Quando o Cristiano fala que a assessoria jurídica do estado não pode ter envolvimento político, mas eles estão prejudicando uma política pública. Essa morosidade da... É AGE, né? A morosidade dos técnicos da AGE estão prejudicando efetivamente uma política pública ou controle social. Então, a morosidade da AGE, porque eram dez dias úteis. Se nós mandamos já tem um mês, a plenária foi que dia? Foi dia 20 e pouco do mês passado, se mandou na segunda, nós temos mais de 10 dias úteis que eles poderiam... Se foi dia 24 de outubro, então tem mais de 10 dias úteis que eles deveriam estar já se manifestando em relação a essa resolução. Sem essa resolução, a SEDESE, a SUBAS não pode repassar esse recurso. Então nós encontramos o foco do problema. É, a assessoria jurídica. Então nós temos que realmente buscar uma solução junto com a assessoria jurídica. Eu queria saber, a SEDESE, ela fez algum movimento com a diretoria da AGE? Não sei o que fizeram. O que a diretoria da AGE responde em relação a política pública? Porque hoje nós não estamos falando de um parecer de uma resolução que vai aprovar. A gente está falando de um parecer de uma resolução que está movimentando cento e tantos municípios, que está movimentando delegados para ir para uma conferência estadual. Está movimentando pessoas que estão indo para Brasília sem condição nenhuma de saber como que eles vão voltar. E a gente está falando, gente, de um recurso que há um mês era 3 mil, a passagem poderia estar 1 mil. Hoje a passagem para 9 dias pode estar o dobro. Então quer dizer, a gente está falando de um recurso que talvez nem vai dar para as pessoas irem e voltarem. Então a gente tem que repensar nisso, e buscar nessa plenária e não sair dessa plenária sem uma solução, porque nós temos oito dias para dar uma solução para todos os delegados que estão mandando no WhatsApp particular de todo mundo, que está falando para nós, da sociedade civil, o que nós estamos realizando aqui dentro dessa plenária. E aí a gente está recebendo críticas. Nós, conselheiros, estamos sendo criticados de uma ação que a gente não tem gestão sobre ele, entendeu? Então, eu gostaria que a SEDESE nos desse um posicionamento real de

como que vai lidar com a AGE. **Wellington, Fmldusuas:** Wellington “Leon”, FMLDUSUAS. Praticamente aquilo que eu queria dizer, a Rosa acabou ressaltando. Eu só queria uma resposta. Que qualquer situação, pelo que eu entendi que a Ester falou, qualquer assunto em si, vamos dizer, pode ser acrescentado. Então imagino também que a resolução, de alguma forma, ela pode ser alterada também, porque ela foi de uma forma extraordinária, então acredito que ela também possa ser assim. Então como sugestão ou até mesmo encaminhamento, apresento isso a todo o pleno, que, ao invés de ser para o município, que seja para os delegados, que a gente pare de depender de município, porque o município, ele está dificultando muito. Eu entendo todos os trâmites em relação a... Estou no conselho há muito tempo, então eu sei que os trâmites, ele é moroso, entendeu? Mas eu acredito que a gente pode facilitar e não dificultar. Certo? Então, enquanto conselho, a gente poderia alterar essa proposta de, ao invés de enviar para o município, ou até mesmo fazer a mudança. Se o município não garantir a participação dos delegados, certo? Quando essa proposta aí surgiu, se o município não garantir a participação dos delegados, que ele devolva e não que esteja aí cumprindo com outras funções dentro dos equipamentos SUAS. Então vai aí as duas propostas ou para os delegados, ou que o município devolva o dinheiro.

Elder, Sedese: Isac. **Isac, Ccqamrd:** Isac, Comissão das Comunidades Quilombolas do Rio Doce. Queria dar um bom dia a todos vocês e também pedir desculpa pelo meu atraso. E aí, entrando na questão, eu quero concordar muito com a fala da Rosalice e relembrar a vocês que durante o tempo que a gente discutiu essa proposta de resolução, a gente levantou diversas, diversas preocupações com relação à resolução. E a gente solicitou da SEDESE outras possibilidades, inclusive a aquisição de passagens, verificação de contratação de ônibus, a possibilidade de repassar o recurso direto para os delegados. E as respostas que a gente teve é que não eram possíveis. Só que, assim, durante toda a discussão que a gente teve, e eu enfatizo muito o que a Rosa trouxe, é muito prejudicial para a gente quando a gente considera que a resolução está até agora no jurídico da SEDESE e é uma proposta que foi... no jurídico do estado, e é uma proposta que a SEDESE trouxe para a gente. Então, assim, a gente precisa falar também ou tentar entender o que foi a dificuldade para a SEDESE de dialogar isso com setor jurídico em mais tempo, de trazer essa... Fazer com que o setor jurídico entenda da urgência do repasse para os municípios. Isso é um ponto. A outra questão é que eu queria entender como é que está sendo a comunicação da SEDESE com os delegados, porque os delegados estão cobrando de nós, sociedade civil, mas eu me lembro que a gente estipulou, na plenária passada, que as comunicações seriam feitas não só com as gestões municipais, mas seriam feitas também com os conselhos municipais e com os próprios delegados, para que não houvesse a perda de informação ou até para dificultar a

desinformação com os delegados. Então eu queria saber em que pé que está essa comunicação da SEDESE com os delegados. Explicar para esses delegados onde que a falha está acontecendo. E concordo com a Rosa também, que a gente precisa, de alguma forma, sair dessa plenária com essa situação resolvida. Tá bom? Por ora, é isso. Depois, eu me lembro de algumas outras coisas mais. **Elder, Sedese:** Elder. Só respondendo o ponto da AGE. Desde que começou esse problema, a gente tem cobrado não só a assessoria jurídica, como a gente já cobrou também a presidência da AGE sobre esse problema, inclusive informando das datas, dos prazos e que a gente não estava tendo resposta. Complementamos também o processo com a resolução, com várias informações adicionais que poderiam estar causando alguma dúvida, alguma questão. Então, a gente sempre está movimentando o processo. O processo, se vocês virem, vocês vão ver que tem até mais documentos além da resolução. Então a gente já... A própria presidência da AGE também já foi informada sobre essa questão. Érica e depois João. **Érica, Sedese:** Érica, SEDESE. Eu queria fazer uma sugestão aqui. Está faltando 42 municípios, pelos contatos que a Ester trouxe para a gente. Eu sugiro dividir esses 42 municípios nas 22 regionais para que a gente possa entender de onde que está o problema e solicitar a ajuda dos diretores das regionais para que a gente possa auxiliar para o uso do recurso. O que acontece? Quando eles falam assim, "Ah, a gente não tem recurso", muitos estão olhando para o recurso próprio, sabe? E às vezes tem muita dificuldade de utilizar recursos vinculados. E lá no ofício, nós colocamos que poderia usar o IGD-Bolsa Família. E aí eles falam: "Ah, não tem recurso." Esse recurso é um recurso muito específico que os municípios têm muita dificuldade em utilizar, então normalmente sobra saldo em conta, sim. Sabe, ele nem é que está empenhado, essas coisas, porque ele não é de fluxo. Como é que eu vou dizer? Eles compram materiais permanentes, eles utilizam durante o ano. Então é uma possibilidade para que a gente possa entender, de fato, qual que é a dificuldade desse município para poder auxiliar mais de perto. Então, a minha sugestão é essa. E outra, Luizão, eu recebi informação aqui que parece que o seu município já conseguiu achar um caminho. Aí, se você quiser.... Isso. **Elder, Sedese:** João. **João Paulo, Sedese:** João Paulo, SEDESE. Só dois comentários rápidos para responder, porque igual o Elder falou, minha proposta é fazer encaminhamento. Eu acho que todos os argumentos são válidos. Cada um está trazendo a perspectiva sob seu olhar, sob a sua representatividade, enfim. E entendendo que eu acho que todo mundo está querendo resolver. Talvez o caminho é que é diferente de todo mundo. Então o que eu acho que a gente precisa é começar a caminhar e ver, e começar a resolver, né? Eu acho que vários pontos foram levantados, mas aí dois comentários rápidos. O que o Luizão falou, isso foi muito debatido na plenária passada. A Gabi trouxe, respondendo o Paulo, do COGEMAS, e para outros, cada ano é de

um jeito. Não, não é correto, não é verdade que sempre foi custeado. Teve ano que foi custeado pelo governo federal tudo. Teve ano que foi custeado pela SEDESE. Teve ano que nada foi custeado. Teve ano que foi por conta do próprio município. Tem ano que foi custeado só sociedade civil. Teve ano que é todo mundo. Então, assim, não existe uma regra. E eu acho muito válido que o Cris trouxe. Eu acho que, se eu não estou enganado, foi um encaminhamento da plenária passada. Após esse período conferencial, que possamos fazer uma incidência junto ao CNAS, que o CNAS regule isso, de uma vez por todas. Porque é isso. Toda conferência é a mesma coisa. Então que o CNAS fale: "A partir de agora, aqui em Brasília, sociedade civil é custeado por nós. Os governamentais são custeados por não sei quem. Governamental é pelo município", e que se estabeleça, para que todo mundo se planeje e a gente não fique passando por essa dificuldade, esses desafios, que toda vez é a mesma coisa. Com relação ao Leon. Você falou de não receber. Eles não vão receber se o delegado não for, então não precisa nem devolver, não vai ter o que devolver. Só recebe se o delegado for, na hora do repasse. E a questão de repasse para pessoas. A gente também falou que não é possível repassar recurso. Não tem, igual a Ester falou, lei que autorize isso. A gente não consegue, não dá para fazer. O que poderia é o que o município faz, é pagamento em diária que a gente escutou. Eu vi lá no grupo também: "Ah, o município não está passando os 3.500." Não é repasse de recurso para a pessoa física. Isso não é possível. Nenhum ente pode fazer isso. O que pode é custear através de diária, que é o que a lei está. Então, encaixar ali, operacionalizar. E aí vem em cima novamente da minha proposta. Eu estou pegando as planilhas ali e aí eu vou tentar fazer esse trabalho, e vou sentar ali agora, de organizar essa informação. Volto a dizer, eu acho que talvez a gente está pensando que passar o dinheiro para o município vai resolver todos os problemas, e é solução mágica. Não é. Tem municípios que o gestor falou: "Eu não vou pagar." Tem município como Serra dos Aimorés... Serra dos Aimorés está sem gestor. Então será que tem um ordenador de despesa para assinar essa despesa? Se não tiver, não tem como... Então, assim, o que eu quero dizer? Cada caso é um caso e precisamos olhar para este cenário, pensar estratégias. Igual o Isac perguntou. Alguns colegas falaram de entrar em contato com o delegado. A SEDESE não entrou porque nós estamos pensando na forma de operacionalização. Aqueles 42 que estão com problema, nós estamos focados neles, de tentar ajudar a resolver o problema. Mas tem aí gente que falou que viabilizou, mas o delegado está falando que não. Então vamos entender isso. Vamos ouvir os dois lados, porque, assim, é o que eu disse, gente. Tem um monte de gente falando um monte de coisa. A gente não sabe o que é real e o que é que não é. Como que a gente vai intervir em um curto prazo de tempo? E se precisar, final de semana, eu estou disposto. Viu, Luizão? Eu já trabalho mesmo, mais do que minha carga horária, porque

tem demanda que às vezes chega. Época da conferência. Todo mundo aqui trabalhou sete dias por semana para viabilizar. E é isso. Eu acho que o que a gente precisa, e aí meu encaminhamento é esse, minha proposta, minha sugestão de encaminhamento: olharmos para esses 182 delegados, esses 145 municípios, entender quem já está ok. Esse, a gente não precisa preocupar, entre aspas, é garantir que seja cumprida a palavra ou a operacionalização. Quantos, de fato, temos que atuar? É porque não tem recurso? Vamos orientar porque às vezes tem recurso na conta. É porque não tem regulamentação que autoriza? Vamos pensar estratégia e alternativa para ver se cria uma alternativa. É porque o gestor está falando que não vai pagar? E aí, como é que a gente vai fazer? Cadê a incidência do conselho? Novamente, eu acho que assim, esperar que vai ter uma solução única. "A SEDESE vai fazer o contato, a SEDESE vai fazer isso." Não vai. Tem problemas que fogem da nossa governabilidade, inclusive, que eu acho que o CEAS, como um todo, ele tem muito mais capacidade. Então, minha proposta é essa. Minha sugestão é essa: fazer esse levantamento. Aí eu vou tentar correr ali, fazer da melhor maneira possível, para a gente ter um respaldo e entender, de fato, a realidade. E aí eu peço que todos os conselheiros que receberam denúncias de delegados que informaram que não foi, mandem, a gente pode mandar tudo lá no grupo. E aí eu centralizo, eu pego essas informações, olho para essa planilha porque, por exemplo, Varzelândia, o delegado falou que não foi viabilizado. Se na nossa planilha estiver viabilizado, a gente vai ter que entender. "Espera aí, está viabilizado, mas o delegado ainda não foi comunicado e recebeu a passagem, mas vai receber?" Ótimo. Então temos esse respaldo. O gestor ou a gestora mentiu para a gente para tirar o dele da reta? Vamos resolver sobre isso. Então, assim, minha sugestão é essa: todo mundo trazer os dados que tem sobre isso, o que recebeu de denúncia de delegado. Nós vamos juntar isso tudo em um lugar para olhar para esse panorama na parte da tarde e aí pensar estratégias, o que cada um pode contribuir para isso. SEDESE, conselheiros, enfim, a gente somar forças para a gente conseguir até segunda ou terça, no máximo, ter resposta para todas as questões que tem. Essa é a minha sugestão de encaminhamento. **Elder, Sedese:** É a Lais. Lais. **Ludmilla, Sedese:** Só antes da gente responder o encaminhamento do João Paulo ou qualquer outro, a sociedade civil precisa de 10 minutos. Ludmilla, CRESS. **Elder, Sedese:** Tá. Vocês voltam das 10h50? Pode ser? **Elder, Sedese:** A sociedade civil. Aí temos inscrito o Leon. Pode falar, Leon. **Wellington, Fmldusuas:** Wellington "Leon", FMLDUSUAS. Bom, a sociedade civil se reuniu e nós ali decidimos... Pessoal? Ali, nós decidimos fazer uma nota, né, em nome da sociedade civil... Em nome dos CEAS. Desculpa. Em nome do CEAS, referente à sociedade civil, justificando ali que a culpa de todo esse processo não é da sociedade civil. Certo? Também, uma denúncia ao Ministério Público, diante de toda essa situação, né?

A denúncia e a SEDESE e também a EG.... Como é que é? AGE, certo? E em conjunto, toda a sociedade civil decide agora parar a plenária. A gente não vai prosseguir enquanto nós não tivermos, de fato, um respaldo, uma certeza diante deste custeio. Então... Isso. A AGE vai ter que nos responder ainda hoje. Caso contrário, a plenária não vai seguir. **Elder, Sedese:** Só um ponto a respeito dos três encaminhamentos sobre... Só fala os três de novo. A nota, a denúncia do Ministério Público e a questão da AGE. Só a respeito da paralisação da plenária, gente, tem um ponto, que é do PETI, que se a gente não fizer, o aceite até... E os 200 mil. Tem dois pontos orçamentários, que é do PETI. Se a gente não fizer o aceite até dia 9, Cris, a gente perde o recurso, e o recebimento dos 200 mil do governo federal, que é até para o custeio da Conferência Nacional, que a gente teria que pactuar hoje, senão a gente perde os prazos e não recebe. Então, a respeito desses pontos, eu gostaria de pedir que a gente, pelo menos, discutisse esses dois pontos, porque são pontos com prazo, que não prejudique mais outras matérias. Então esse é meu encaminhamento. Pelo menos, esses dois pontos a gente fazer a discussão. **Wellington, Fmldusuas:** Wellington "Leon", FMLDUSUAS. Até o dia 8, esse custeio não chega. E também não há uma garantia da participação dos delegados na Conferência Nacional. Então a sociedade civil segue com a paralisação da plenária. **Elder, Sedese:** E o ponto do PETI? **Wellington, Fmldusuas:** Sim, é. A sociedade civil, ela continua com a paralisação da plenária. **Elder, Sedese:** Aí temos que votar os encaminhamentos, então. Gente, quem está na mesa, vem para a mesa aqui para votar. Então, conselheiros que aprovam os encaminhamentos propostos pelo conselheiro Leon, por favor, se manifestem levantando a plaquinha. Vamos votar um por um, então, pode ser? O primeiro encaminhamento. Você lê só o primeiro? Pode ler. **Wellington, Fmldusuas:** Ah, tá. O primeiro é uma nota do CEAS, justificando aí que a responsabilidade de toda essa morosidade e os trâmites, não é culpa da sociedade civil. **Elder, Sedese:** Conselheiros que aprovam o manifesto, levantando a plaquinha. Tem que contar, por favor, gente. Conselheiros que aprovam o encaminhamento. Só os que aprovam. Quantos? 11. Agora conselheiros que reprovam o encaminhamento. 1, 2, 3, 4. Abstenções. Uma abstenção. Ok. O segundo, você lê, por favor, Leon. **Wellington, Fmldusuas:** Seria a denúncia ao Ministério Público. **Elder, Sedese:** Conselheiros que aprovam o manifesto, levantando a plaquinha. Conta, por favor. Nove. Vai registrando, tá, gente, para não perder a conta. Conselheiros... Oi? Agora já tá em votação. Conselheiros que reprovam. Quatro. Quatro. Abstenção. Terceiro encaminhamento. Não. Espera aí, gente. Só essa: conselheiros que reprovam. Abstenção. Duas. Ok. 3. 3. Agora, terceiro encaminhamento. **Wellington, Fmldusuas:** É a paralisação da plenária. **Elder, Sedese:** Conselheiros que aprovam. Conselheiros que reprovam. Abstenções? Uma abstenção. Ok. Então terminamos. A

plenária está suspensa, então. Vocês vão... É uma suspensão, mas vocês vão estar disponíveis caso temos novas informações. OK. Então a sociedade civil está informando que está disponível caso apareçam novas informações nesse período para retomar, então vocês não vão embora. OK. OK. OK. **Elder, Sedese:** E aí o que aconteceu foi o seguinte, gente, a gente, do segmento governamental, subiu lá para o quarto andar e a gente trabalhou em duas tarefas. A primeira tarefa, que o João vai apresentar, é que a gente pegou todos esses dados de municípios que falaram que já compraram a passagem, que estão em tramitação, que não vão mandar por qualquer motivo. A gente se debruçou sobre esses dados e analisou praticamente caso por caso dos que não estavam definidos ainda para verificar se esses delegados, eles estão ou não com os trâmites adiantados para eles irem para a conferência. Além disso, a gente trabalhou paralelamente em uma opção para os casos em que não vai ser possível enviar o delegado mesmo, que o município diz que não vai enviar, alguma coisa nesse sentido. Então, primeiro, o João vai apresentar esses dados, depois eu falo dessa segunda parte, dessa opção. Só esperar, que ele vai projetar ali para vocês. **João Paulo, Sedese:** SEDESE. Pessoal, então, como o Elder disse, qual foi o exercício? Foi aquilo que eu falei no início. Eu me debrucei ali para tentar olhar um pouco para os números. Porque é isso. Todo mundo estava falando uma coisa. E eu acho que todo mundo, pela informação que chegou até cada um, é a informação que tinha. Então, diante da necessidade de a gente tentar fazer um diagnóstico mais condizente com a realidade, eu tentei dar essa consolidada. E aí, de antemão, é aquilo que eu falei. Eu acho que aí os conselheiros que trouxeram alguns municípios, alguns delegados que manifestaram que não estava viabilizado, talvez a gente vai ter que fazer essa validação, mas eu acho que aqui é isso. É olhar um pouco para os números, entender o cenário. Então, eu fiz um consolidado de cada segmento. Então, só recapitulando: cada segmento da sociedade civil tem 31 delegados. Aí eu peguei os usuários, trabalhadores e entidades. Com relação a usuários. E aí, na linha daquilo que a Ester apresentou de manhã, daqueles números. E aí, nesse meio-tempo lá, a gente conversando internamente, inclusive, a gente viu que já tem alguns aqui que já estão até resolvidos. A gente vai falar sobre isso. Talvez tem alguns que precisa ajustar também. Esse é o nosso exercício aqui. Com relação aos usuários: dos 31 delegados que compõem a nossa delegação, 21, de acordo com o contato que foi feito lá pela equipe do FEAS, 21 estão viabilizados. E aí alguns, eu lembro assim, por alto, do que vocês falaram aqui, o Luizão falou, que a Rosa falou, enfim, de municípios, alguns estão nessa lista. E aí, uma questão importante, assim, que eu acho que a gente precisa avaliar, verificar e validar, é porque a gestão talvez ainda não fez esse contato com esse delegado, não passou a passagem ainda e tem casos desse tipo, mas, por exemplo, são municípios que falaram que já compraram ou que estão comprando, que já resolveram

a situação. Então temos 21, estão ali a lista com os municípios. Eu acho que essa lista é muito importante, que eu acho que é um pouco do que a gente precisava para complementar o que a Ester trouxe. A Ester trouxe de manhã dados mais quantitativos, mas é aquela coisa: vamos dar um nome para a gente ver caso a caso, o que a gente tem que fazer para cada caso. Então, 21 delegados estão viabilizados, segundo o contato com a gestão. Cinco estão em tramitação, que é o quê? Estão em processo de viabilização. E aí eu chamo a atenção, inclusive para os nomes dos municípios, igual Belo Horizonte. Belo Horizonte tem quatro delegados. Os quatro vão aparecer em todos aqui. Então, assim, a gente espera que Belo Horizonte viabilize. Eu acho que a questão financeira, por exemplo, enfim, nós temos inclusive conselheiros aqui que são do Conselho Municipal. Acho que é importante a gente fazer essa conversa e entender o porquê, mas pela informação que a gente tem, como igual a Ester trouxe, está na mesa do secretário fazer a compra. Então, assim, a gente acredita que vai viabilizar. Mas é importante a gente estar monitorando e acompanhando. E aí tem Patrocínio, que é um município grande também. São Thomé das Letras, a gente conseguiu até fazer o contato lá e acho que foi a Cris, né, Cris? Conseguiu fazer o contato. Então assim, tem situações do município que não são questões financeiras. A gestora está tentando viabilizar entidades para ir, enfim, o representante da entidade. Então tem questões que não são financeiras. Serra dos Aimorés, que é do Luizão. E aí também vai aparecer a Serra dos Aimorés em outros e parece que estamos conseguindo viabilizar. Urucânia, que aí é município da regional da Érica, falou que já está viabilizado. Então, por exemplo, esses em tramitação, por exemplo, a gente tem alguma segurança, algum indicativo. É claro que eu acho que o nosso papel é monitorar e ver se vai ser efetivado. E cinco não responderam. Aí, por exemplo, Caratinga também é da regional da Érica, e ela falou que a passagem está comprada também. Só não foi ainda entregue e comunicada ao delegado, enfim, né? E aí tem Muriaé, município grande também. Pedro Leopoldo está viabilizado. O Manoel fez contato lá, né, Manoel? Que ele era da região metropolitana, falou que está viabilizado também, só não deu a resposta. Perdões, aí tem uma questão que a gente precisa fazer contato. E Presidente Kubitschek também precisa fazer o contato. Então essa é a lista de municípios. Aí eu trouxe algumas situações que eu já lembrei aqui, mas nós estamos registrando todas. Então, de delegados usuários, esse é o panorama que a gente tem pelo contato que fez. E aí contamos com os nossos colegas aqui, Leon, principalmente, Isac, que são representantes usuários, Matheus, a Simone está aqui, mas acho que ela pode contribuir. Vocês estão nos grupos para a gente entender quem são esses usuários que estão falando que não está viabilizado e que estão preocupados, para a gente tranquilizá-los e falar: "O seu município já comprou a passagem e tal." Enfim, é um processo que a gente precisa fazer com eles.

Ester, Sedese: Ester, SEDESE. O Carlos falou agora que Muriaé resolveu. **João Paulo, Sedese:** Então é isso. Desde que a gente saiu daqui, a gente já começou a mobilizar todo mundo, força-tarefa nossa, conselheiros, enfim, todo mundo. Trabalhadores: também 31 delegados. Também 21 delegados já viabilizados. Está ali a lista dos municípios. Em tramitação: aí vai ter alguns que vão aparecer de novo, que é aquilo que eu falei. É o município que tem mais de um delegado de um segmento. Araxá, município grande. Belo Horizonte, Governador Valadares, município gigante. Paracatu, município grande. Patrocínio estava na lista anterior. São João del Rei, município grande. Serra dos Aimorés também, é o que eu já falei do... Então, por exemplo, esses sete aqui de tramitação, a gente tem um indicativo bom que isso aqui vai se consolidar. E a questão aqui não é financeira também, né? E são municípios grandes. E não viabilizou foi Barroso. Aí é uma questão que a gente tem que agir e atuar, na minha opinião, enquanto CEAS, enquanto SEDESE, força-tarefa, é ver quem que a gente pode colocar na roda da conversa, porque Barroso falou que não vai viabilizar. Eu acho que é por questão de recurso enfim, aí tem que ver mais a fundo. E tem três ali do lado que estão em processo de alteração. Isso é o quê? Delegado que desistiu e está no processo de substituição pela suplência e que não sei nem se vai dar, porque aí tem que ver a suplência lá no sistema, não dá para cadastrar mais ninguém. Então está nesse processo. Então tem duas vagas que estão em aberto, estão vagas nesse segmento, que é daqueles 3 lá: Betim, Nepomuceno e Santo Antônio do Jacinto, que cancelaram, que desistiram, enfim, tiveram alguma alteração. O panorama de trabalhadores é esse. E aí, novamente, acho que Rosa trouxe vários municípios e eu acho que é do segmento de trabalhadores ou de entidades? Entidades. Tá. Mas é isso. Aí, vamos trazer esses nomes para a gente discutir. E ver se a gente precisa fazer um contato com o delegado, igual o Isac propôs. Porque às vezes o delegado não está sabendo. Microfone. **Elder, Sedese:** Microfone. **Lyzi, Cmas de Campanha:** Lyzi, CMAS de Campanha. Eu sei que três pontas têm trabalhador delegado e não está ali na lista. **João Paulo, Sedese:** Aí temos que olhar com a lista do sistema para ver o que que aconteceu com eles. Essa foi a lista que foi trabalhada, que chegou para mim. E esse é outro ponto também. A gente vê: "Essa lista está errada?" É a lista que tirou do sistema. Oi? Pode. Pode mandar aqui que eu consigo abrir. Então, essa é a lista de trabalhadores. Então nós temos 12 vagas de trabalhadores a serem confirmadas. Sete em processo, um já falou que não vai viabilizar. Então a gente tem que ver o que que vai fazer. E dois estão em processo de substituição e a gente tem que ver se a viabilidade dessas substituições. O próximo, por favor. Entidades. Dos 31 delegados, temos 18 viabilizados, 9 em processo de viabilização. Então, novamente, vamos ter figurinhas repetidas aqui. É Arapuá. Araxá apareceu no trabalhadores. Belo Horizonte apareceu em todos, Congonhas, do nosso

presidente Marcelo. Eu pedi ajuda dele lá para a gente poder fazer uma intervenção lá no município. Ipuíuna, Lavras, município grande, Pará de Minas, município grande, Rio Vermelho, São Thomé das Letras, que já apareceu nas outras listas. Então, novamente, temos pelo menos uns 4 ou 5 municípios aqui que se resolver, resolve todos os segmentos. mas tem esses 9 que estão em processo. Dois não responderam, não conseguimos contato. Então a gente não sabe se já está viabilizado ou não, ou se não vai viabilizar, que é Jordânia e Ladainha. E tem um que afirmou que não viabilizou e não vai viabilizar, que é Areado. Por questões financeiras, mas é isso também. Os que falam que é gestão financeira, a gente também está olhando IGD-PBF e outros, e a gente vai tentar fazer esse convencimento. Que é isso, gente? É um trabalho de incidência política, é ter 50, 100 mil em conta e falar que não tem dinheiro, a gente precisa entender um pouco melhor isso e ver se, de fato, é uma questão política. Não ter dinheiro é uma muleta, é um escudo que estão usando, que eu acho que o Luizão trouxe isso. Está muito confortável para o município falar "não", falando que não tem dinheiro, mas será que é não dinheiro mesmo? Então, Areado, eu acho que alguém comentou aqui nessa lista de não confirmados. Eu acho que foi a Rosa, da entidade. Areado falou que não vai custear e aí tem um que está em processo de alteração também, que é São Francisco do Glória. O delegado de lá desistiu. E aí tem alguns casos de desistência, de desistência por questão de saúde, enfim. Então, o panorama, pessoal, é esse, de que realmente não respondeu, ou seja, não temos informação, não vai viabilizar, nós temos 10 municípios que nós não temos essa informação. Oito não temos a informação, se eu não me engano, e dois temos a informação que não vai viabilizar. Três estão em processo de substituição... Quatro estão em processo de substituição pelo suplente. Então, nós temos 14 delegados, 14 municípios que eu acho que a intervenção é para ontem, e a gente precisa ver o que vai fazer com esses. Os "em tramitação", que é em processo de viabilização, aí é fazer o monitoramento, estar ali próximo, mas, até então, tem um indicativo que vai se resolver. E tem os viabilizados, que a gente precisa também confirmar mesmo se são 30 viabilizados mesmo. Então esse é um pouco do panorama. Eu acho que isso ajuda a gente a acender as luzes e ver onde que a gente está pisando, que cenário é esse, para pensar estratégias, igual eu falei, que eu acho que é isso. Assim, o cenário é esse. Aberto a dúvidas. Quem quiser alguma lista, alguma coisa, fique à vontade. **Elder, Sedese:** Então a gente falou... Elder, SEDESE. A gente falou sobre os casos de delegados que estão com a passagem já finalizada, comprada, viabilizado, em tramitação e algumas não respostas, e alguns delegados que a gestão já falou que não vai viabilizar. Qual que é a nossa proposta que a gente ficou trabalhando lá em cima? Roberta e eu conversando lá na SEDESE para esses casos. A SEDESE vai disponibilizar um ônibus. A gente conseguiu localizar um

contrato de ônibus que a SEDESE tem já vigente para transporte rodoviário. Um ônibus que vai sair de Belo Horizonte, no dia 5 de dezembro, à noite, e vai retornar para Belo Horizonte no dia 9 de dezembro, à noite, para atender os casos de delegados que, mesmo depois de todo o nosso trabalho, eles não conseguiram ter as suas passagens emitidas. Então serão dois ônibus... A gente vai ver. Depende da quantidade também. Suponha que sejam 5, 10 pessoas. Aí a gente vai avaliar. Mas o que a gente conseguiu discutir, conseguiu adiantar, foi isso, essa possibilidade do transporte rodoviário, saindo de Belo Horizonte, para aqueles delegados que não vão ter as suas passagens emitidas. Vamos precisar do apoio dos municípios para mandar essas pessoas para Belo Horizonte. Essa parte a gente realmente precisa. Mas, com isso, a gente conseguiria atender esses casos de pessoas que estão sem passagem ainda. Flávio trouxe um ponto na reunião do governo, que também é muito importante de falar. Ele trouxe até o caso do município dele. Eles já compraram a passagem, mas ainda não entregaram a passagem para os delegados. A gente acredita que tem alguns casos que isso está acontecendo, porque a gente ligou para vários municípios agora e muitos municípios falaram: "Não, eu já comprei, eu só não entreguei ainda." Então o delegado pode estar achando que a passagem não foi comprada e ela já foi. Por isso que é importante ter esse contato tanto com a gestão quanto com o delegado, para até deixar ele mais calmo, acalmá-lo a respeito disso e para avisar para ele que a passagem dele vai chegar no momento certo. Muitas vezes a gestão não entregou a passagem ainda porque tem o risco de ele perder, de acontecer alguma coisa. Então foi isso que nós discutimos, foi isso que a gente conseguiu fazer até agora. Então estamos... Você quer falar, Roberta? Então estamos abertos para discussão. Vou passar para a Roberta aqui. **Roberta, Sedese:** É, gente, tem um ponto também. Roberta, SEDESE. Por exemplo, tem um desses, um município aí, que é Areado, por exemplo, que não viabilizou. Falou: "Ah, não vou viabilizar." Mas a gente já identificou que o município tem saldo em conta. Já entramos em contato com a gestão. A gestão já foi devidamente orientada, já está organizando reunião com o jurídico. Então, assim a gente está entendendo que tem muitas situações que a gente já tem conseguido, durante essas semanas, reverter e conseguir que a gestão já inicie os processos, entenda de forma mais clara como deve atuar, dando orientação técnica para viabilizar a reversão dessas situações. Então, assim, só para tranquilizar também que a gente acha assim, a gente tem identificado processos que a gente tinha, um primeiro momento, uma negativa, mas a gente foi identificando a situação, analisando o contexto e identificando caminhos para reverter essa situação também. **Elder, Sedese:** Inscrições abertas. Leon. **Wellington, Fmldusuas:** Wellington "Leon", FMLDUSUAS. Eu queria uma reunião rapidinho com a sociedade civil. Cinco minutos. **Elder, Sedese:** ...depois dessa pequena pausa. Alguém da sociedade

civil vai se inscrever? Alguém da sociedade civil quer pontuar alguma coisa? Nós temos que caminhar.

Leon. **Wellington, Fmldusuas:** Opa. Wellington "Leon", FMLDUSUAS. Nós estivemos conversando, toda a sociedade civil. Parte daquilo que a gente, até então, queria, tivemos alguma resposta. Só que a gente quer, até o findar dessa plenária, ao ser retomada, até o findar dessa plenária, um documento da SEDESE, ela garantindo esse transporte rodoviário daqui de Belo Horizonte para Brasília, certo? Para não acontecer, como aconteceu em relação a esse custeio da plenária passada. E também esse diálogo dos municípios que também garanta a vinda dos delegados até aqui, Belo Horizonte, e de Belo Horizonte posteriormente para Brasília. Isso. E a segunda é a garantia aí do diálogo com os municípios, certo? E se a SEDESE tiver esse diálogo com os municípios, para que trouxessem os delegados aqui. E essa, vamos dizer assim, essa nota, ou sei lá como poderia dizer, fosse também publicada aí para todos os grupos e todos os delegados. Esse documento até o findar dessa plenária. **Elder, Sedese:** Elder, SEDESE. Obrigado, Leon. Eu pedi à Roberta, para ela começar a escrever esse documento com a questão do ônibus. A gente coloca as informações e aí podemos dar andamento, então, gente? Os conselheiros que concordam com esse encaminhamento, por favor, se manifestem levantando a plaquinha. Conselheiros que não concordam. Abstenções. Então, aprovado. **Lucas, Formeas:** Lucas, [ininteligível - 00:17:08,200 "FORMEAS"?] Só me veio uma dúvida, pegando o bonde já caminhando. Acredito eu que é para poder garantir a participação dos delegados, delegadas e seus referidos acompanhantes na Conferência Nacional. Como que seria? Como se daria a logística de garantia de participação desses delegados e também de seus acompanhantes? Uma vez que o transporte rodoviário, principalmente especial, ele precisa que você informe nome completo, dados, CPF. Como é que seria esse levantamento desses delegados que têm essa necessidade do transporte? E como que ficaria a informação disso também para o Detran? Porque toda a empresa de ônibus precisa informar para o Detran quando são viagens intermunicipais e, principalmente, interestaduais. Como que ficaria para poder fazer essa logística, de informar para os municípios, para os delegados manifestarem o seu interesse e a sua necessidade de transporte que vai ser oferecido. E como se daria essa informação para os órgãos especiais. **Elder, Sedese:** Elder, SEDESE. Porque eu acho que como você chegou depois, Lucas, a gente tinha discutido, que é o seguinte: nós temos a listagem de todos os delegados e a gente já tem identificado alguns delegados que o município já falou que não vai viabilizar o transporte. Então, o nome dessas possíveis pessoas a gente já tem. Imagino que a gente vai ter que estabelecer um prazo até terça, quarta-feira, para fechar quem iria nesse ônibus. E aí a gente manda esses nomes para a empresa, para ela fazer os trâmites necessários. Mas a lista de nomes, pelo uma lista aproximada a gente já tem,

porque são as pessoas que até agora não estão com a passagem viabilizada. E são poucos, não são a maioria. **Wellington, Fmldusuas:** Wellington "Leon", FMLDUSUAS. Aí também eu busco até o entendimento sobre aqueles delegados que já compraram a passagem, o município e tudo mais. O custeio será garantido, certo? A nossa preocupação, eu falo "nossa", é quando, certo? Quando se a SEDESE, de alguma forma, entrou em contato com a AGE, entrou em contato com a AGE, se tem como agilizar isso. Eu sei de toda a morosidade e não é só o transporte, mas também a alimentação de todos os delegados. **Elder, Sedese:** A gente também tentou esse contato com a assessoria jurídica da SEDESE para verificar a possibilidade de resposta hoje. Quanto a isso, não tivemos retorno ainda, sendo sincero com vocês, mas também estamos trabalhando nesta outra frente para viabilizar o repasse. OK, gente? Podemos então dar andamento às pautas da plenária? Vamos, então, para Termo de aceite do AEPETI. Teve reunião conjunta de comissões ontem. Parece que já tem uma indicação de aprovação. Oi?

Wellington, Fmldusuas: Desculpa, Elder. Wellington "Leon", FMLDUSUAS. Os nossos encaminhamentos anteriormente continuam da mesma forma. **Beatriz, Secretaria Executiva:** A Secretaria Executiva entendeu, né? **Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio:** Matheus, Movimento LGBTQIA+ de Cláudio. Na última pontuação, ainda não sobre o AEPETI, propor um encaminhamento, que é que fosse feito uma comunicação, via ofício, à AGE, informando da necessidade de mais celeridade nesse processo, uma atenção especial. E aí colocar para apreciação da plenária, para reforçar, assim, muito além do que já foi feito, do empenho, mas vindo do CEAS, sinalizando essa preocupação, e solicitando, e manifestando a preocupação que nós temos por parte dessa dificuldade, dessa morosidade. Aí é uma proposta de encaminhamento nesse sentido. **Elder, Sedese:** OK? Todos de acordo com encaminhamento proposto pelo Matheus? Os conselheiros que aprovam o manifesto, levantando a plaquinha. Obrigado. Conselheiros que reprovam. Abstenções. Aprovado. Podemos ir para o AEPETI agora? Tá OK. Ontem teve reunião de conjunta de comissões e essa pauta do AEPETI foi discutida ontem e eu não estava na reunião, mas pelas informações que eu recebi, tem um indicativo de aprovação. Então eu sugiro que a gente leia a resolução e depois faça a votação. "Resolução CEAS: Aprova o Termo de Aceite Estadual, que estabelece as responsabilidades e compromissos para o cofinanciamento federal das ações estratégicas do PETI no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, SUAS. O Conselho Estadual de Assistência Social, CEAS, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 13 da Lei Estadual 1.262 pela NOB..." Eu vou pular essa parte dos considerandos, gente, vou ir direto para o texto. "Resolve: Artigo 1º - Aprovar o Termo de Aceite Estadual, que estabelece as responsabilidades e compromissos para o cofinanciamento federal

das ações estratégicas do PETI no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, SUAS. Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação." Então, pelo que eu sei, tem uma indicação de aprovação. Precisamos fazer agora a votação, que é nominal, porque é pauta orçamentária. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Beatriz, Secretaria Executiva. Conselho Regional do Serviço Social de Minas Gerais - CRESS/MG, Ludmilla Lamartine de Souza. ... Ela foi substituída. **Elder, Sedese:** Não, não tem, não, gente. Os quatro estão fora. Ah, é verdade. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas - SINTIBREF, Sandra Regina Ferreira Barbosa. **Sandra, Sintibref:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo, Rosalice Tassar de Almeida. **Rosalice, Cmssvp:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Associação Recreativa da Melhor Idade – ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz Carlos, Armi:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** ABVAS - Associação Berg Vingren de Assistência Social, Altair Rabelo. **Altair, Abvas:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Abrigo São Vicente de Paula de Coluna, Anália Romeiro de Paula. **Anália, Asvpc:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Ipatinga, Lais Alexandre da Silva. **Laís, Cmas de Ipatinga:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Campanha, Lyzi Saleri Ribeiro. **Lyzi, Cmas de Campanha:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Isac dos Santos Lopes. **Isac, Ccqamrd:** Eu voto pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Fórum Municipal de Luta pelos Direitos dos Usuários do SUAS - Uberaba/ FMLDUSUAS, Wellington Donizete Marques de Lima - “Leon”. **Wellington, Fmldusuas:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** SEDESE, Elder Carlos Gabrich Junior. **Elder, Sedese:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** SEDESE, Érica Pereira Alves Beltrame. **Érica Sedese:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** SEAPA, Priscila Zacarias. **Priscila, Seapa:** Voto pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Secretaria Estadual... Cleuza Maria de Oliveira. **Cleuza, See:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** SEPLAG, Solimar Assis. **Solimar, Seplag:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Ipatinga, Flavio Christian de Assis Miranda. **Flávio, Cmas de Ipatinga:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS Campanha, Cristiane Gomes Mattos Dias. **Cristiane, Cmas de Campanha:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** 17 Aprovações. Nenhuma reprovação. Total: 17 votos. **Elder, Sedese:** 18, não? 17 Aprovações e uma reprovação, que você falou? Então são 18. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Não teve reprovação. **Elder, Sedese:** Nenhuma. Desculpa. Desculpa, eu tinha entendido errado. OK. Então, pauta aprovada. Agora a

pauta seguinte: Pactuação do Projeto executivo do PROCAD. Essa pauta também foi apresentada na reunião do conjunto de comissões ontem. Até recebi a informação que tiveram muitas contribuições dos conselheiros, que até melhoraram bastante o projeto executivo. Então a gente, da SEDESE, agradece a contribuição de todos os conselheiros que participaram. Então também vou passar para leitura da resolução. "Resolução CEAS: Aprova o projeto executivo para a execução dos recursos do Programa de Fortalecimento do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social, PROCAD-SUAS, em 2025 e 2026." Aí eu vou pular os considerandos. "Artigo 1º - aprovar o projeto executivo para execução dos recursos do Programa de Fortalecimento do Cadastro Único no Sistema Único de Assistência Social, PROCAD-SUAS, em 2025 e 2026, conforme anexo único desta Resolução. Artigo 2º - esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação." Então, algum ponto, alguma questão? Podemos partir para a votação? Você quer que... eu entendi uma questão? Vamos para a votação nominal novamente. **Beatriz, Secretária Executiva:** Sindicato... Beatriz, Secretária Executiva. Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas - SINTIBREF, Sandra Regina Ferreira Barbosa. **Sandra, Sintibref:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretária Executiva:** Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo, Rosalice Tassar de Almeida. **Rosalice, Cmsvpe:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretária Executiva:** Associação Recreativa da Melhor Idade – ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz Carlos, Armi:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretária Executiva:** ABVAS- Associação Berg Vingren de Assistência Social, Altair Rabelo. **Altair:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretária Executiva:** Abrigo São Vicente de Paula de Coluna, Anália Romeiro de Paula. **Anália, Asvpc:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretária Executiva:** CMAS de Ipatinga, Laís Alexandre da Silva. **Laís, Cmas de Ipatinga:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretária Executiva:** CMAS de Campanha, Lyzi Saleri Ribeiro. **Lyzi, Cmas de Campanha:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretária Executiva:** Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Isac dos Santos Lopes. **Isac, Ccqamrd:** Voto pela aprovação. **Beatriz, Secretária Executiva:** Fórum Municipal de Luta pelos Direitos dos Usuários do SUAS - Uberaba/ FMLDUSUAS, Wellington Donizete Marques de Lima - "Leon". **Wellington, Fmldusuas:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretária Executiva:** SEDESE, Elder Carlos Gabrich Junior. **Elder, Sedese:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretária Executiva:** SEDESE, Érica Pereira Alves Beltrame. **Érica, Sedese:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretária Executiva:** SEAPA, Priscila Zacarias. **Priscila, Seapa:** Voto pela aprovação. **Beatriz, Secretária Executiva:** Secretaria Estadual de Educação, Cleuza Maria de Oliveira. **Cleuza, SEE:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretária Executiva:** SEPLAG, Solimar Assis. **Solimar, Seplag:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretária**

Executiva: CMAS de Campanha, Cristiane Gomes Mattos Dias. **Cristiane, Cmas de Campanha:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Ipatinga, Flavio Christian de Assis Miranda. **Flávio, Cmas de Ipatinga:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** 17 votos. **Elder, Sedese:** Acabou, Bia? **Beatriz, Secretaria Executiva:** Foram 17 votos. Aprovação... Nenhuma abstenção e nenhuma reprovação. **Elder, Sedese:** OK, muito obrigado. Agora, o próximo ponto. Prestação de contas do terceiro trimestre de 2025. Foi apresentada ontem na reunião conjunta das comissões, também com indicação de aprovação. Eu vou passar para a leitura da resolução também. "Resolução CEAS: Dispõe sobre a aprovação do Relatório Trimestral de Execução Físico-Financeira do Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, FEAS/MG, referente ao terceiro trimestre de 2025." Vou pular os considerandos. "Artigo 1º - Aprovar o Relatório Trimestral de Execução Físico-Financeira do Fundo Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, FEAS/MG, referente ao terceiro trimestre de 2026. Instruído no processo CEI 1480010003720202516. Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação." Alguma consideração? Vamos, então, para a votação nominal. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Beatriz, Secretaria Executiva. Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas - SINTIBREF, Sandra Regina Ferreira Barbosa. **Sandra, Sintibref:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo, Rosalice Tassar de Almeida. **Rosalice, Cmssvp:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Associação Recreativa da Melhor Idade – ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz Carlos, Armi:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** ABVAS- Associação Berg Vingren de Assistência Social, Altair Rabelo. **Altair, Abvas:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Abrigo São Vicente de Paula, de Coluna, Anália Romeiro de Paula. **Anália, Asvpc:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Ipatinga, Lais Alexandre da Silva. **Láis, Cmas de Ipatinga:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Campanha, Lyzi Saleri Ribeiro. **Lyzi, Cmas de Campanha:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Comissões das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Isac dos Santos Lopes. **Isac, Ccqamrd:** Voto pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Fórum Municipal de Luta pelos Direitos dos Usuários do SUAS - Uberaba/ FMLDUSUAS, Wellington Donizete Marques de Lima - “Leon”. **Wellington, Fmldusuas:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** SEDESE, Elder, Elder Carlos Gabrich Junior. **Elder, Sedese:** pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** SEDESE, Érica Pereira Alves Beltrame. **Érica, Sedese:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** SEAPA, Priscila Zacarias. **Priscila, Seapa:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Secretaria Estadual de Educação,

Cleuza Maria de Oliveira. **Cleuza, SEE:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** SEPLAG, Solimar Assis. **Solimar, Seplag:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Ipatinga, Flavio Christian de Assis Miranda. **Flávio, Cmas de Ipatinga:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS Campanha, Cristiane Gomes Mattos Dias. **Cristiane Cmas de Campanha:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** 17 votos. 17 aprovações. Nenhuma abstenção ou reprovação. **Elder, Sedese:** Obrigado, Beatriz. Aprovado, então. Vamos para o ponto seguinte: prestação de contas federais de 2024, também apresentado ontem na reunião conjunta de comissões, com a indicação de aprovação. Vou fazer a leitura da resolução. "Aprova a prestação de contas dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social referente ao exercício de 2024." Pode pular os considerandos. "Resolve aprovar a prestação de contas referente ao exercício de 2024 das contas bancárias vinculadas ao Fundo Estadual de Assistência Social, FEAS, com recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Assistência Social, FNAS, conforme anexo único. Artigo 2º - Recomenda-se ao Fundo Nacional de Assistência Social que restabeleça o pagamento do IGD-SUAS e o pagamento integral da parcela do bloco da proteção social especial de média e alta complexidade. Artigo 3º - A deliberação aprovada nesta resolução será lançada no sistema AgilizaSUAS quando o mesmo estiver disponível pelo responsável constituído no Conselho Estadual de Assistência Social, CEAS/MG, durante o prazo estabelecido. Artigo 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação." Alguma consideração? OK, vamos para a votação, então. Desculpa, tem um anexo. Pode passar. Eu acho que não precisa ler esse anexo, né? Pode... Para ler o anexo? Ah, tá. Pode passar, então. Primeiro, os tipos de conta. Está ali o número, o número de cada conta. Quer ir explicando, Ester? Só para o pessoal pegar, por favor. **Ester, Sedese:** Ester, SEDESE. Foi solicitado pelo FNAS que constasse o número das contas discriminado por tipo de cofinanciamento. Só isso. **Elder, Sedese:** Aí o anexo, então, se trata do número das contas por cada um dos blocos. Então, acho que podemos ir para a votação. Só tem essa página, gente? Desce, só para gente ver. Só essa. OK. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Beatriz, Secretaria Executiva. Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas - SINTIBREF, Sandra Regina Ferreira Barbosa. **Sandra, Sintibref:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo, Rosalice Tassar de Almeida. **Rosalice, Cmssvp:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Associação Recreativa da Melhor Idade – ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz Carlos, Armi:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** ABVAS - Associação Berg Vingren de Assistência Social, Altair Rabelo. **Altair, Abvas:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria**

Executiva: Abrigo São Vicente de Paula de Coluna, Anália Romeiro de Paula. **Anália, Asvpc:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Ipatinga, Lais Alexandre da Silva. **Lais, Cmas de Ipatinga:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Campanha, Lyzi Saleri Ribeiro. **Lyzi, Cmas de Campanha:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Comissão das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Isac dos Santos Lopes. **Isac, Ccqamrd:** Voto pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Fórum Municipal de Luta pelos Direitos dos Usuários do SUAS - Uberaba/ FMLDUSUAS, Wellington Donizete Marques de Lima - "Leon". **Wellington, Fmldusuas:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** SEDESE, Elder Carlos Gabrich Junior. **Elder, Sedese:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** SEDESE, Érica Pereira Alves Beltrame. **Érica, Sedese:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** SEAPA, Priscila Zacarias. **Priscila, Seapa:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Secretaria Estadual de Educação, Cleuza Maria de Oliveira. **Cleuza, SEE:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** SEPLAG, Solimar Assis. **Solimar, Seplag:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Ipatinga, Flavio Christian de Assis Miranda. **Flávio, Cmas de Ipatinga:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Campanha, Cristiane Gomes Mattos Dias. **Cristiane, Cmas de Campnha:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** 17... 17 votos. Nenhuma reprovação e nenhuma abstenção. **Elder, Sedese:** Obrigado, Beatriz. Então, vamos ao próximo ponto. O ponto 5, a gente já discutiu, que foi o primeiro, que a gente pediu inversão de pauta. O ponto 6: aprovação de recurso federal para a conferência. Pode abrir a minuta de resolução. "Resolução CEAS: aprova a programação de R\$ 200 mil de incremento temporário GND3 repassado por meio de estrutura SUAS alocados na ação orçamentária 219G, estruturação da rede de serviços e fortalecimento da gestão do Sistema Único de Assistência Social, SUAS, do Fundo Nacional de Assistência Social, destinada ao Fundo Estadual de Assistência Social, nos termos da Portaria MDS nº 1.044, de 24 de dezembro de 2024." Maior ementa de resolução que eu já vi na minha vida foi essa. Sim. A ementa é maior do que a resolução. "Artigo 1º - aprovar a programação de R\$ 200 mil de incremento temporário, GND3, repassado por meio de estrutura SUAS alocados na ação orçamentária 219G, Estruturação da Rede de Serviços e fortalecimento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social, SUAS, do Fundo Nacional de Assistência Social destinadas ao Fundo Estadual de Assistência Social, nos termos da Portaria MDS nº 1.044, de 24 de dezembro de 2024. Artigo 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação." Alguma consideração? Vamos, então, para a votação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Beatriz, Secretaria Executiva. Sindicato dos Empregados em Instituições Benéficas, Religiosas e Filantrópicas - SINTIBREF, Sandra Regina

Ferreira Barbosa. **Sandra, Sintbref:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Conselho
Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo, Rosalice Tassar de Almeida.
Rosalice, Cmssvp: Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Associação Recreativa da Melhor
Idade – ARMI, Luiz Carlos de Castro Fernandes. **Luiz Carlos, Armi:** Pela aprovação. **Beatriz,**
Secretaria Executiva:ABVAS- Associação Berg Vingren de Assistência Social, Altair Rabelo. **Altair,**
Abvas: Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Abrigo São Vicente de Paula de Coluna, Anália
Romeiro de Paula. **Anália:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS de Ipatinga, Lais
Alexandre da Silva. **Laís, Cmas de Ipatinga:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** CMAS
de Campanha, Lyzi Saleri Ribeiro. **Lyzi, Cmas de Campanha:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria**
Executiva:: Comissões das Comunidades Quilombolas do Alto e Médio Rio Doce, Isac dos Santos
Lopes. **Isac, Ccqamrd:** Voto pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Fórum Municipal de Luta
pelos Direitos dos Usuários do SUAS - Uberaba/ FMLDUSUAS, Wellington Donizete Marques de
Lima - “Leon”. **Wellington, Fmldususas:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** SEDESE,
Elder Carlos Gabrich Junior. **Elder, Sedese:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** SEDESE,
Érica Pereira Alves Beltrame. **Érica, Sedese:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** SEAPA,
Priscila Zacarias. **Priscila, Seapa:** Voto pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** Secretaria
Estadual de Educação, Cleuza Maria de Oliveira. **Cleuza, SEE:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria**
Executiva: SEPLAG, Solimar Assis. **Solimar, Seplag:** Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:**
CMAS de Ipatinga, Flavio Christian de Assis Miranda. **Flávio, Cmas de Ipatinga:** Pela aprovação.
Beatriz, Secretaria Executiva:CMAS Campanha, Cristiane Gomes Mattos Dias. **Cristiane, Cmas de**
Campanha: Pela aprovação. **Beatriz, Secretaria Executiva:** 17 aprovação. Nenhuma abstenção e
nenhuma reprovação. **Elder, Sedese:** Obrigado, **Beatriz.** Vamos, então, para o próximo ponto, que é a
posse dos novos conselheiros para o mandato CEAS 2025-2027. Aí quem pediu esse ponto de pauta
para falar? Quem foi? Imagino que o ponto é sobre o status da nomeação dos novos conselheiros.
Stephanie, você até tinha trazido na reunião da mesa diretora. Você trouxe uma atualização. Você pode
falar de novo? **Stephane, Secretaria Executiva:** Stephanie, Secretaria Executiva. Então, a gente entrou
em contato. A gente mandou todos os formulários, documentos necessários para a nomeação, entramos
em contato com o gabinete da SEDESE pedindo informações, e a informação que nós temos é de que
até provavelmente na próxima semana saem as nomeações. É isso. **Elder, Sedese:** Leon, depois Rosa.
Wellington, Fmldususas: Certo. Wellington "Leon", FMLDUSUAS. Com esses trâmites, isso não
acabaria impedindo a questão de diária e tudo mais da participação dos novos conselheiros? Porque,

uma vez que necessita da nomeação, e o prazo, né? **Elder, Sedese:** Rosa, deixa eu só responder... Elder, SEDESE. Gente, isso até é bom falar com todos. Não é necessário que os conselheiros sejam nomeados para que seja iniciado o processo de pagamento de diárias. A gente faz esse processo dos conselheiros como colaboradores eventuais. Então, a gente já até informou para a Secretaria Executiva. Acho que a Michele vai falar sobre isso, para já começar. Pode falar, Michele. **Michele, Secretaria Executiva:** Michele, Secretaria Executiva. Como o Elder disse, não tem a necessidade dos conselheiros nomeados terem tomado a posse. Então, Denilson já está, já começou o processo de solicitação das diárias. Reforçando que a gente tem até o dia 12 para publicar a posse dos novos conselheiros. Então, até o dia 12 vai ser publicado. **Rosalice, Cmssvp:** Rosa, Conselho Metropolitano de Belo Horizonte da Sociedade de São Vicente de Paulo. Eu queria só saber também um posicionamento sobre a acessibilidade que nós tínhamos pedido na plenária passada por causa da condição dos novos conselheiros. Eu queria ver se já está sendo pensado para a posse a garantia dessa acessibilidade e qual a posição que está nisso, que já é para mês que vem o início. **Elder, Sedese:** Elder, SEDESE. A posse e essa primeira plenária vai ser realizado no prédio da UAI. Aí o prédio da UAI tem acessibilidade. Para as próximas plenárias, a Secretaria Executiva já está procurando um novo local para que elas sejam realizadas. Estamos procurando na região central. A Beatriz, que estava mais a frente disso. Já visitamos alguns locais e tal, mas já está sendo procurado nos novos locais para que sejam feitas. Peraí. Michele, Leon, Matheus. Fala o Leon, Matheus e depois a Michele. **Wellington, Fmldusuas:** Wellington "Leon", FMLDUSUAS. Eu só quero trazer à memória de todos que não é somente acessibilidade de local, certo? É Libras, é material em braile, porque nós temos pessoas... Ah, o aplicativo? Ah, ótimo. Não. OK, então. Sim, OK. **Matheus, movimento LGBTQIA+ de Cláudio:** Matheus, movimento LGBTQIA+ de Cláudio. Indo de encontro a essa amplitude da acessibilidade e não só para esse primeiro momento, mas como nós teremos um conselheiro que será nosso companheiro do segmento de usuários, enquanto uma pessoa surda, a gente vai precisar em todas as atividades garantir a presença do intérprete de Libras. E aí entender como o conselho, a secretaria executiva já está se preparando para que em todos os espaços seja garantida essa presença do intérprete, que é um direito dessa pessoa. **Michele, Secretaria Executiva:** Michele. Primeiro ponto é sobre a questão que o Matheus trouxe. Sobre a necessidade de um tradutor de Libras. Carol está até aqui. Nós temos um contrato vigente na SEDESE. E dentro desse contrato tem a possibilidade de profissionais serem tradutores. Então a gente está olhando essa possibilidade para todas as plenárias do ano. Então a gente tem esse contrato. A gente só precisa colocar em prática. Sobre os locais, possíveis locais, nós colocamos, nós temos uma apresentação que ela está

nos informes. Aí eu queria saber se vocês querem passar para cima ou a gente deixa para dar esse informe no final. Oi? Então, tá. A gente vai trazer para vocês. **Rosalice, Cmssvp:** Só uma questão, enquanto elas estão colocando lá o vídeo, essa acessibilidade quando você fala "todas as plenárias", inclui as demais reuniões? Todas as reuniões do CEAS? **Michele, Secretaria Executiva:** Sim. Rosa, nós entramos em contato com os três conselheiros que são pessoas com deficiência, para entender das necessidades. Eles já deram retorno. Então, daí surgiu a necessidade de um tradutor de Libras. Sobre o conselheiro que tem deficiência visual, ele falou que não tem a necessidade de material em braile, que nós podemos, precisamos mandar com antecedência o material em PDF, que ele tem um aplicativo que traduz, que... É, lê para ele. A gente está vendo essa questão da acessibilidade, das físicas mesmo, da necessidade para o Maycon, que é cadeirante. Então, a gente tem visitado espaços para possível sede do CEAS, não só para as plenárias, mas também para que a Secretaria Executiva fique de forma fixa nesse local. Pode passar. Então, foi realizada a visita na outra AMMG, que fica na Afonso Pena, lá no Cruzeiro, e lá é um espaço que tem acessibilidade. Ele tem auditório e tem o número de salas suficientes para a realização das plenárias e reuniões. A administração do local foi receptiva à possibilidade do CEAS mudar para lá. Então o que acontece? Lá na outra AMMG tem três prédios. O primeiro prédio está sendo utilizado para as salas de aula e tudo. A gente tem o segundo prédio que tem um espaço OK, que a Secretaria Executiva poderia ficar lá de forma fixa, mas que não atende as necessidades para as plenárias e para as outras reuniões. E tem o terceiro prédio, que nesse momento, ele é como se fosse o depósito da outra AMMG. Então é um espaço muito bom que comportaria. Tem salas, tem um auditório, mas ele precisa passar por reformas. Então, a Mariana, subsecretária, está se reunindo com o pessoal da Subsecretaria de Planejamento e Gestão, SUB-PG, para ver essa possibilidade de reformar esse local para que a gente possa ficar lá, Secretaria Executiva, de forma permanente, e também todos os eventos e reuniões do CEAS nesse local. Só que aí depende da reforma. Então, é um plano, mas ele não é imediato. Então, ele não é para agora. Essa reforma, ela demandaria certo tempo. Outro local que foi visitado foi o auditório do Parque Municipal. Lá, não tem sala disponível para as reuniões. Esse auditório comporta somente 40 pessoas e pode ser reservado só quando estiver disponível. Então, assim, a gente não conseguiria para todas as reuniões e plenárias que a gente tem ao longo do ano. A Secretaria de Segurança Alimentar também não tem uma sala disponível para as reuniões. O auditório comporta até 100 pessoas e aí pode ser reservado a cada 60 dias. Então também tem essa dificuldade de conseguir esse espaço para todos os eventos que a gente precisa ao longo do ano. A Casa dos Conselhos, em Santa Teresa, foi realizado um contato via e-mail e telefone com o secretário executivo, Antônio Augusto. Lá

não tem salas disponíveis para as reuniões e para a Secretaria Executiva. E o auditório comporta só 45 pessoas. Pode ser reservado para realização das plenárias. A Faculdade Estácio foi descartada pelo fato de ser privada e ser pago. Foram esses os locais que nós visitamos, que nós realizamos contato. **Elder, Sedese:** Obrigado, Michele. Adiantamos já, então, esse primeiro ponto do informe. E aí é isso. A gente vai continuar procurando locais e vendo essa possibilidade. Hoje, no nosso panorama, a gente vê a AMMG como mais promissor, porque seria uma solução definitiva, mas só ficamos dependendo dessa questão de reforma. Mas também podemos ver se anteriormente a gente usa algumas salas para, depois, mudar para definitiva e vamos caminhando. Para a plenária de dezembro, lembrando, vai ser no auditório da UAI, tanto do dia 11 quanto do dia 12. No dia 11 é o dia inteiro de capacitação para os novos conselheiros. Inclusive, vamos ter uma capacitação sobre atendimento a pessoa com deficiência. Estamos tentando, junto com a FEAPES, ter também um conteúdo sobre isso, já que vamos receber três conselheiros, que são pessoas com deficiência. E no dia 12 temos a plenária normal, com posse dos novos conselheiros e depois Mesa Diretora... Mesa Diretora, não, depois composição da Mesa Diretora e seguimos os nossos trabalhos. Leon. **Wellington, Fmldusuas:** Wellington "Leon", FMLDUSUAS. Seria até como um acréscimo aí na pauta, se assim for, de concordância de todos. Conversei com algumas pessoas da sociedade civil e eu queria ver com este conselho, o retorno da Secretaria Executiva para o prédio da CDH, saindo da cidade administrativa e retornando para cá. Até mesmo a facilidade de toda a Secretaria Executiva e também a melhor comunicação, pessoalmente dizendo, aqui com toda a Secretaria Executiva. **Elder, Sedese:** Elder, SEDESE. Hoje a Secretaria Executiva funciona três semanas na cidade administrativa, três semanas, e uma semana aqui na Casa de Direitos Humanos, que é a semana da plenária. Pela avaliação da Secretaria Executiva, eu entendo que está funcionando bem. Agora, com essa procura por novos locais, inclusive foi até o ponto de a gente levar à Secretaria Executiva definitivamente para esse novo local. Aí, com isso, resolveria também essa questão. OK? Vamos, então, seguindo. Pauta, não temos mais. Agora vamos para os informes. Informes. Começando com o 68º encontro do FONACEAS. Quem vai ler esse informe? Você, Érica? **Érica, Sedese:** Érica, SEDESE. O encontro aconteceu lá em São Luís, Maranhão. Teve a nova eleição da mesa diretora lá. A Simone ficou até essa data e agora foi eleito representante da região Centro-Oeste. E também... Que mais? **Laís, Cmas de Ipatinga:** CMAS de Ipatinga. Lá, a gente separou por regionais. E dentro dessas regionais, a gente discutiu sobre as deliberações que vai ir para a Conferência Nacional. Dentro dessas deliberações, depois a gente discutiu qual que seria prioridade para a gente, enquanto conselho, defender, enquanto controle social. E a gente vai fazer incisão sobre essas propostas e defender ela na

Conferência Nacional. Os trabalhadores do SUAS tiveram um momento lá que a gente tem um momento onde a gente reuniu. Fizemos um ofício para o Fórum Nacional dos Trabalhadores, questionando o edital hoje posto pelo Conselho Nacional de Assistência Social, onde ele solicita que os fóruns tenham CNPJ. Uma coisa que é ilegítima e isso consta no edital do CNAS. Então isso foi muito discutido, foi muito debatido, e a gente está discutindo sobre isso e sobre a falta de, como que eu vou dizer aqui? Peraí. De isonomia nesse processo eleitoral que está tendo dentro do CNAS.

Sandra, Sintibref: Peraí, só um pouquinho. Eu só acrescentando desculpa, gente, é no processo eleitoral do CNAS. Acho que você já foi informando, cheia de situações para aprimorar. E aí essa é uma carta que a Lais falou, do processo eleitoral.

Érica, Sedese: Érica, SEDESE. Então também nós vamos repassar quais são as deliberações que foram alinhadas lá no FONACEAS para que todo mundo tenha uma unidade. Porque quando a gente faz isso, o objetivo é que essas deliberações tenham um número maior de votos para que a gente consiga que ela passe para ficar lá validada na Conferência Nacional.

Elder, Sedese: Obrigado, Lais. Obrigado, Érica. Obrigado, Sandra. O próximo ponto de informe, gente, é sobre mandado de segurança da Federação das APAES. A Federação das APAES entrou, fez um pedido inicial de mandado de segurança a respeito do que aconteceu na eleição para o CEAS/MG, mandato 2025-2027. Para quem não sabe, naquela oportunidade, houve uma questão que a pessoa da Federação enviou uma mensagem para o grupo no dia da votação. Começou-se uma discussão se ela poderia mandar aquela mensagem ou não, se se configuraria como envio de mensagem em massa. Também havia a questão de ser no dia da eleição e uma discussão sobre a impugnação da candidatura. No dia da eleição, foi até avisado na sala das entidades que a candidatura das candidatas estava impugnada e que as pessoas deveriam desconsiderar o nome dela na cédula. Depois disso, a candidata entrou com recurso junto ao CEAS e a Federação das APAES também pedindo para que essa impugnação fosse desconsiderada, pois ela alegou que a mensagem foi enviada e logo depois ela foi apagada e que também não se configuraria como disparo de mensagens em massa. A Mesa Diretora discutiu esses dois recursos. A Mesa Diretora acatou o recurso dela, considerando que ela foi eleita para o CEAS como quarta suplente para o mandato de 2025-2027. Mas, mesmo assim, a Federação das APAES entrou com mandado de segurança pedindo para que a eleição para as entidades e para as entidades para o mandato CEAS 2025-2027 seja anulada e que seja feita outra eleição, porque a candidata entende que essa informação sobre a impugnação dela, que acabou não se realizando, acabou prejudicando ela durante a votação. Esse mandado ainda não foi analisado pelo juiz. Não temos uma liminar ainda, não temos obrigação de cumprimento, mas a Advocacia Geral do Estado já nos pediu

informações sobre isso. A Mesa Diretora decidiu informar todas as demais entidades que foram eleitas no pleito de 2025-2027, para que se elas tiverem informações ou considerações a respeito da eleição, elas mandarem para complementar a resposta dos CEAS. Então, hoje o que nós temos é isso. Há um mandado de segurança em curso que ele ainda não foi analisado pelo juiz. Não temos liminar, mas há um pedido da Federação das APAES para anulação da eleição das entidades e realização de nova eleição para o mandato 2025-2027. Quando a gente tiver mais informações sobre isso, a gente compartilha com vocês. Algum ponto, alguma consideração? OK. Informes, então. Os outros dois informes já foram dados pela Michele, que era a visita dos possíveis espaços para o funcionamento do CEAS e visita aos espaços para possível nova sede do CEAS. Esse a gente já discutiu. Comissões. Alguma comissão se reuniu ontem separada? Comissão de Política? Monitoramento não se reuniu. Será agendado online.

Elder, Sedese: OK. Política. **Érica, Sedese:** Érica, SEDESE. A Comissão de Política se reuniu ontem e aí nós fizemos a seguinte tratativa. Nós temos o material orientativo sobre benefícios eventuais que estava no nosso planejamento. A gente já estava trabalhando nele praticamente finalizando, e aí veio a alteração da resolução em 25 de outubro. E aí, por conta disso, nós achamos melhor fazer uma nova revisão do material para que a gente possa entregar de forma mais atual sobre os benefícios eventuais. Outro ponto tratado foi sobre a Minuta NEEP revisão da resolução ... sobre parâmetros da Educação Permanente, que chegou para a gente. Não foi incluído nas nossas decisões, porque a gente entendeu que não se tratava da Comissão de Políticas. Sobre as denúncias. Nós passamos uma a uma sobre todas as denúncias que nós temos. Atualmente, nós temos 16 denúncias. Dessas, alinhamos pelo encerramento de cinco denúncias referente ao município de Contagem, Pouso Alegre, Pimenta, Frei Lagonegro, Nova Lima. E aí nosso ponto de apoio, nossa técnica vai enviar um e-mail comunicando ao CMAS sobre esse encerramento e nos colocando à disposição para alguma coisa que quiser deliberar. As outras denúncias que estavam sem respostas, nós vamos pedir apoio às regionais para que a gente consiga aproximar mais, porque a Secretaria Executiva está mandando mensagens e não está tendo resposta. Os municípios são o seguinte: Pavão, Patins, Governador Valadares, Caeté, Barão de Cocais, Itambé do Mato Dentro e Paraguaçu. Nós temos outros municípios que a gente já deliberou alguns pontos, que é sobre Ibiá. Nós vamos marcar uma reunião com esse município. São Gonçalo do Rio Abaixo, a diretora da regional Timóteo, Erica, ficou encarregada de acionar o município para entender o que está acontecendo. E Ribeirão das Neves é uma nova denúncia, então nós vamos também avaliar. Por enquanto, foi isso sobre a Comissão de Políticas.

Elder, Sedese: OK. As demais comissões então não fizeram reunião, então não tem informes. Chegamos ao final da nossa pauta. **Lais, Cmas de Ipatinga:** Lais, ICMS de Ipatinga. Eu

quero pedir que seja colocado no grupo do WhatsApp a apresentação do João Paulo, aquela que ele fez das quantidades separadas de trabalhadores, usuários e entidades. **Wellington, Fmldusuas:** Wellington "Leon", FMLDUSUAS. Conforme solicitado à SEDESE, um documento para a gente poder estar ciente. **João Paulo, Sedese:** João Paulo, SEDESE. Lais, acabei de mandar no grupo. E que eu ia só comentar, pessoal. Aproveitando aí João Paulo, SEDESE, de novo. Já tem algumas atualizações. Alguns que não tinham respondido, a gente já conseguiu fazer contato com a força-tarefa que a gente está fazendo. No momento, nós temos dez vagas que não estão viabilizadas ou nem em processo de viabilização, sendo quatro que não responderam, ainda não conseguimos contato. Quatro que estão vagas, porque são suplentes, que estão sendo chamadas de titulares, que desistiram. E dois que são aqueles dois casos que falaram que não tinha como viabilizar, só que a gente também já está trabalhando com eles, igual a Ester comentou. Areado, a gente já está conseguindo contornar a situação para eles utilizarem o IGD, orientar, enfim. Então, estamos avançando. Aí a gente vai mantendo vocês informados lá no grupo do CEAS da nossa parte. E aí eu queria pedir aos colegas: quando vocês tiverem essas denúncias, ou os segmentos delegados, que chegarem para vocês, cobrando ou pressionando que "não tem, não recebi", coloca lá no grupo do CEAS ou que avisem a gente porque a gente já fez um contato e, juntos, a gente consegue acalmar o pessoal. Se tiver problema, a gente consegue intervir nesse problema para resolver. E, se Deus quiser, vai dar tudo certo, termos uma delegação cheia lá em Brasília. Obrigado. **Érica, Sedese:** Inclusive, gente... Érica, SEDESE. Isso que o João falou é muito importante, porque, senão, as informações ficam atravessadas. Eu estou atendendo, praticamente conjuntamente com o Leon, uma delegada usuária que ela chegou a mim de forma espontânea. Eu não sei nem quem repassou meu contato para ela, mas aí eu venho fornecendo informações para ela ao longo desse tempo. Inclusive aqui, agora, mais cedo, eu mandei informação para ela de que a gente estava conversando com o município dela para que ficasse tudo OK. Aí aqui agora ela acabou de me mandar um áudio da seguinte maneira: "Ô, Érica, mas isso que você me falou vai ser votado ainda. Porque eu vi aqui no grupo que está falando aí que a SEDESE vai fazer essa movimentação, mas está para ser aprovado." Então, gente, o que que eu estou querendo dizer? Dependendo de como a informação é repassada, ela é atravessada. É uma coisa que talvez está certa e está fácil de ser resolvida, vira um problema. Então a gente tem que saber como que a gente coloca as informações para não haver esse tipo de atravessamento que, ao invés de acalmar e resolver, causa mais transtorno e mais problema. **Elder, Sedese:** Elder, SEDESE. Só sobre o documento. A Roberta está finalizando para a Mariana assinar. Tá bom. **Luiz Carlos, Armi:** Serra dos Aimorés. ARMI. Só informar que no caso Serra dos Aimorés, acabei de perguntar aqui à representante de

trabalhadora. Até agora o município não fez nenhum contato com nem o Luiz, que é o usuário, e nem com a Edmara, que é trabalhadora. Se o município está tendo alguma tratativa, não informou ainda.

Érica, Sedese: Érica, SEDESE. Luizão, é que eles estão organizados... Quando a gente fala que eles já estão organizados, que eles já estão sabendo qual recurso vão utilizar, de que forma que vão fazer. É óbvio que eles vão passar a informação quando já tiver concluído, tipo assim, já estiver definido. Senão fica toda hora jogando uma informação. E aí, eu acredito que causa mais ansiedade. Mas pela conversa que a gente já teve com o município de Serra de Aimorés, antes eles estavam meio que no escuro, sem saber o que fazer. Agora eles já sabem o caminho que eles têm que seguir.

Elder, Sedese: ...que foi solicitado pela sociedade civil a respeito da ida dos delegados para a Conferência Nacional. Pode aumentar um pouquinho para eu ler, por favor. "Prezados conselheiros, cumprimentando-os cordialmente, informamos que a Secretaria de Desenvolvimento Social, SEDESE, está empenhada em realizar todas as ações necessárias para garantir a participação dos delegados eleitos para a 14ª Conferência Nacional de Assistência Social, representando o Estado de Minas Gerais. Conforme levantamento realizado pelo CEAS e pela SEDESE, a maioria dos municípios informou que as providências para viabilizar a participação de seus delegados já foram adotadas. Alguns municípios informaram que estão realizando os processos de emissão de passagens. A SEDESE continuará monitorando e apoiando os gestores municipais para garantir que todos os delegados participem da Conferência Nacional. Informamos que até o dia 28 de novembro de 2025, foram identificados 10 municípios cuja participação dos delegados ainda não está garantida, seja pela ausência de retorno das gestões municipais ou pela negativa dos municípios, justificada por dificuldades operacionais das prefeituras. Para essas situações, a SEDESE poderá executar o contrato existente de prestação de serviços de locação de ônibus com a empresa Centauro, transporte de passagem e turismo limitada. Desta forma, poderemos viabilizar o transporte rodoviário desses delegados de Belo Horizonte a Brasília, no dia 5 de dezembro de 2025, com retorno de Brasília a Belo Horizonte no dia 9 de dezembro de 2025. Por fim, reafirmamos nosso compromisso com o fortalecimento do controle e da participação social no Sistema Único de Assistência Social. Atenciosamente." E assinam Roberta e Mariana também, né, Roberta? Roberta e Mariana. OK, podemos enviar esse documento? Vamos enviar esse documento para o grupo do CEAS para que todos tenham ele colocado. E é isso. OK, gente, vamos enviar o documento então no grupo do CEAS para que os conselheiros tenham informações. E aí, só reforçando o que o João Paulo já disse. Toda vez que vocês receberem algum contato de algum delegado falando, "Ah, não compraram minha passagem, meu município falou que não vai pagar", avisar para a gente,

porque aí, se a gente já tiver entrado em contato com o município, a gente faz essa ponte delegado e gestão para que os delegados saibam, e para a gente não ter essas assimetrias de informação. Ok. Podemos encerrar. Oi! A próxima reunião já está confirmada, 11 e 12 na UAI? **Elder, Sedese:** 11 e 12 na UAI. Exatamente. 11: Capacitação para os novos conselheiros. 12: Plenária. Até a próxima. Opa, Leon. **Wellington, Fmldusuas:** Wellington, FMLDUSUAS. A SEDESE vai entrar em contato com todos os municípios em si, principalmente ao tentar contato com esses 10 aí. É importante ressaltar aqui, não só a vinda dos delegados custeada pelo município, prontamente dizendo, como também o retorno de todos os delegados. **Elder, Sedese:** OK. Gente, então obrigado. Encerramos essa plenária. Até o mês que vem. Na verdade, não sei se até o mês que vem, que muita gente não vai voltar, né? É a nossa última reunião nessa composição. Então, encerrando a plenária de número 313. Boa tarde.